



ACADEMIA MILITAR

ANGOLA PAZ TOTAL: PROCESSO DE PACIFICAÇÃO TRATADOS E ACORDOS E REINTEGRAÇÃO DOS EX-MILITARES

Autor: Mário Jorge Agostinho Francisco

Orientador: Vítor Marçal Lourenço

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho 2012**



ACADEMIA MILITAR

ANGOLA PAZ TOTAL: PROCESSO DE PACIFICAÇÃO, ACORDOS E REINTEGRAÇÃO DOS EX-MILITARES

Autor: Mário Jorge Agostinho Francisco

Orientador: Vítor Marçal Lourenço

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2012

DEDICATÓRIA

À minha família em geral: pais, irmãos, primos e
às minhas filhas por compreenderem a minha
ausência. Em especial a minha falecida avó
Francisca Maria de Fátima (Mamã Xica)

AGRADECIMENTOS

No âmbito da realização deste Trabalho de Investigação Aplicada, várias foram as pessoas e instituições que tiveram direta e indireta influência no mesmo. A estas manifesto o meu contentamento e agradecimento:

Ao Coronel de Artilharia na Reserva Vítor Marçal Lourenço, meu orientador, pela disponibilidade e sobretudo pelo apoio prestado e experiência transmitida ao longo da realização desta tarefa. Não poderia deixar de acentuar o seu profissionalismo e competência. Reconhecer que obtive muitas informações respeitantes à forma do trabalho, conteúdo, técnicas para amenizar e eufemizar certos assuntos e afirmar que poderia ter explorado mais o seu amplo conhecimento sobre diversas matérias da vida académica e não só.

Ao Sociólogo e Brigadeiro da Força Aérea Angolana Mário Domingos Simão por me ter inserido nas Forças Armadas Angolanas. O desenvolvimento deste trabalho foi por ele apoiado e acompanhado. Agradeçê-lo também pela sugestão do tema e fornecimento de alguns conteúdos bibliográficos e documentais militares.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Rui Nicau.

Ao Gabinete de Artilharia na pessoa do Tenente-Coronel e Diretor de Curso Élio dos Santos.

Ao sr. Narciso António Caxito, Chefe de Divisão para Informação e Pesquisa do Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares (IRSEM), pela receção educada e explicação de alguns assuntos inerentes ao processo de reintegração.

À sra. Josefa Eduarda da Biblioteca do Ministério da Defesa de Angola pela simpatia e fornecimento de algumas revistas.

Ao Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS).

Ao José Manuel Kassela, Escriturário de 1ª Classe da Chancelaria Militar da República de Angola em Portugal.

Ao Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros por me ter permitido fotografar o documento respeitante aos princípios dos Acordos de Alvor.

Ao Arquivo Ultramarino por todo um conjunto de documentos facultados inerentes às atividades desenvolvidas pelos movimentos de libertação de Angola.

Ao Jornal de Angola na pessoa do sr. José Meireles Patrocínio, por permitir que explorasse o seu arquivo e fotografar algumas matérias antigas.

Ao setor cultural e ao Serviço de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal por ter facultado alguns jornais antigos e recentes.

Ao Instituto Nacional de Desminagem pelos dados estatísticos (INAD).

À biblioteca da Academia Militar, em especial à dona Paula Franco, técnica especialista superior pelo apoio do acervo bibliotecário que me facultou. Realçar ainda a sua permanente simpatia e total disponibilidade.

Ao Ministério das Relações Exteriores pela brochura cedida sobre os caminhos da paz.

À Madalena de Carvalho Borges Tito, técnica especialista Principal do Gabinete de Planeamento e Estatística do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria, pelo relatório de balanço das atividades desenvolvidas do III trimestre de 2010.

À Luisa Domingos Martins pelo total apoio antes e durante a fase da realização do trabalho, não se esquecendo da sua prima Bernardethi Sousa pelo auxílio na tradução do “RESUMO”.

De uma maneira geral, agradeço todos os que participaram contribuindo direta e/ou indiretamente de forma positiva para que o desiderato deste trabalho fosse realizado.

“Sem rancor para com ninguém, com caridade para todos”

Abraham Lincoln (1809-1865)

ÍNDICE GERAL

LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
CAPÍTULO 1.....	1
INTRODUÇÃO	1
Justificação da Escolha do Tema	2
Delimitação do Tema	2
Problema de Investigação.....	2
Objetivos Gerais:.....	2
Objetivos Específicos	3
Hipóteses	3
Orientação Metodológica	4
Síntese de conteúdos	5
CAPÍTULO 2.....	7
A GÉNESE DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS E BIOGRAFIA DOS SEUS ATORES POLÍTICOS.	7
2.1 Origen do Movimento Popular de Libertação de Angola	7
2.2 A origem da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).....	8
2.3 A origem da União Nacional para Independência Total de Angola.....	9
2.4 Biografia de Agostinho Neto (1922-1979).....	10
2.5 Biografia de Holden Roberto	11
2.6 Jonas Malheiro Sidónio Savimbi (1934 - 2002).....	12
CAPÍTULO 3.....	14
FASES FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DE PAZ.....	14
3.1 LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL	14
3.2 Proclamação da Independência e o encetamento da primeira guerra civil.....	16
3.3 Internacionalização do conflito e ingerência de superpotências	18

3.3.1	Motivos dos EUA	19
3.3.2	Razões da África do Sul e do Zaire	20
3.3.3	Motivos da URSS	21
3.4	Primeiras eleições legislativas/presidenciais e o retomar da Guerra Civil.....	22
3.5	Assinatura do Memorando de Entendimento do Luena	23
CAPÍTULO 4.....		26
CAUSAS DO FRACASSO DOS PRINCIPAIS ACORDOS.....		26
4.1	Acordos do Alvor	26
4.1.1	O Incumprimento do Alvor	27
4.2	ACORDOS DE BICESSE	29
4.2.1	Particularidades do ato de assinatura dos Acordos, comportamento do Jonas M. Savimbi e promessas da Comunidade Internacional	29
4.2.2	Imperfeições na implementação dos Acordos	31
4.2.3	Imperfeições na formação do Exército único.....	32
4.2.4	Imperfeições na Preparação do Processo eleitoral e a Realização de Eleições	33
4.2.5	Reais Motivações por Detrás da Rejeição dos Resultados das Eleições de 1992 pela UNITA.....	34
4.3	ACORDOS DE LUSAKA	35
3.3.1	Benefícios e Malefícios do Protocolo de Lusaka para se chegar à paz e a chegada da delegação da UNITA a Luanda para o GURN.....	35
4.3.2	Importância das Últimas Operações do Governo Angolano Contra as FMU.....	37
CAPÍTULO 5.....		38
INDICADORES DA REPERCUSSÃO DA PAZ		38
5.1	Reintegração dos ex-militares	38
5.2	Indicadores de estabilidade, crescimento e desenvolvimento	40

5.2.1 Setor político.....	41
5.2.2 Setor sócio-económico.....	41
5.2.3 Repercussões na reconstrução nacional	45
5.2.4 Situação da desminagem em Angola.....	49
CAPÍTULO 6.....	52
CONCLUSÕES	52
BIBLIOGRAFIA.....	56
ANEXOS	1

LISTA DE SIGLAS

AA- Áreas de Aquartelamento
AM- Academia Militar
CCFA- Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas
CCPM- Comissão Conjunta Político Militar
CEIC-UCAN- Centro de Estudos de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola
CFB- Caminhos de Ferro de Benguela
CFL- Caminhos de Ferro de Luanda
CFM- Caminhos de Ferro de Moçâmedes
CMM- Comissão Militar Mista
CMVF- Comissão Mista de Verificação e Fiscalização
CNE- Comissão Nacional Eleitoral
CSNU- Conselho de Segurança das Nações Unidas
ELNA- Exército de Libertação Nacional de Angola
EUA- Estados Unidos da América
FAA- Forças Armadas Angolanas
FALA- Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FMU- Forças Militares da UNITA
GRAE- Governo Revolucionário Angolano no Exílio
GTCR- Grupos Técnicos Centrais e Regionais
GURN- Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
ISCTE-IUL- Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Empresas- Instituto Universitário de Lisboa
MIREX- Ministério das Relações Exteriores
MONUA- Missão de Observação da ONU em Angola
MFA- Movimento das Forças Armadas
MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU- Organização das Nações Unidas
PDA- Partido Democrático Angolano
PIDE- Polícia Internacional de Defesa do Estado

RDC- República Democrática do Congo

RM- Região Militar

TIA- Trabalho de Investigação Aplicada

TPOA-Tirocínio Para Oficial de Artilharia

UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista de Anexos

ANEXO A- ÁREA DE FIXAÇÃO E AÇÃO DOS TRÊS MOVIMENTOS	1
ANEXO B- INTERESSES ECONÓMICOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	2
ANEXO-C- CARATERÍSTICAS DE ANGOLA E RECURSOS NOTÁVEIS	3
ANEXO D- MAPA DOS GRUPOS ÉTNICOS EM ANGOLA.....	5
ANEXO E- MAPA DE ANGOLA.....	6
ANEXO F- PAÍSES AFRICANOS POR DATA DE INDEPENDÊNCIA	7
ANEXO-G: PROJETO HABITACIONAL	9

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) subordinado ao tema Angola Paz Total : Processo de Pacificação, Acordos e Reintegração dos Ex-Militares versa sobre aspetos inerentes à árdua trajetória de Angola à conquista da paz total. Definimos como questão central: “Será que a morte do líder e fundador da UNITA, Jonas Savimbi, serviu de força motriz para o alcance da paz definitiva em Angola?”

De maneira que pudessemos responder à questão central, dividimos o estudo em quatro capítulos. Nestes, são espelhados de forma enquadrada os assuntos que conduzirão às conclusões do trabalho que nos propusemos investigar. É importante frisar que para uma maior compreensão do prezado leitor sobre o desenrolar deste Trabalho de Investigação Aplicada, fizemos uma sistematização dos capítulos desde às origens dos principais acontecimentos ou momentos, considerados como negativos para o povo angolano até à atualidade, culminando com uma perspetiva positiva ou de melhoria resultante do advento da paz.

Inicialmente, incidiremos sobre a origem dos três principais movimentos nacionalistas angolanos, de igual modo, falaremos sobre a biografia dos seus atores políticos. Seguidamente falaremos sobre as fases principais no processo de paz angolano. Um dos objetivos do TIA é investigar o que fracassou nos acordos feitos com vista a se alcançar a paz, daí que, no capítulo seguinte trataremos das causas do fracasso de três acordos. Finalmente, debruçar-nos-emos sobre a repercussão da paz, evidenciando que os ventos que agora sopram em Angola são de paz.

A metodologia do trabalho baseou-se em bibliografias, documentos, algumas gravações de vídeos já existentes sobre o assunto estudado, atividades de campo realizadas em Lisboa, Porto e Angola. Pelo que no final desta investigação verificamos que realmente o percurso de Angola à conquista da paz foi árduo e sinuoso. Também constatamos que depois de muitos anos de conflito o país está efetivamente em paz. Este feito só foi possível depois da morte do líder da UNITA Jonas Savimbi. Como resultado da paz, o país tem tido grande crescimento e desenvolvimento em todos os setores.

Palavras-chave: paz, acordos, movimentos, crescimento e desenvolvimento

ABSTRACT

The following applied research under the theme Angola Total Peace: Peace Process, Agreements and Reintegration of Former Military, focus on a perspective inherent to the arduous journey Angola has faced to the achievement of total peace. We defined as main question: "Does the death of Jonas Savimbi, former leader and founder of UNITA, served as a driving force towards the achievement of lasting peace in Angola?" So that we could answer this main question, we divided the study into four chapters. These issues portrayed in a framed way will lead us to the conclusions of the work that we set out to investigate.

For a better understanding of the reader, it is also important to emphasize that on the process of development of this applied research, a systematization of the chapters was made from the origins of the main events or moments, considered as being negative for the Angolan citizens to the present day, culminating with a positive frame of reference or improvement resulting from the advent of the peace process.

Primarily we will be focusing our attention on the origins of the three most iconic Angolan nationalist movements, while referencing the biography of its political actors. Hereafter we will describe key stages in the Angolan peace process; one goal of this applied research is to investigate what has failed in the agreements made in order to achieve peace, so that in the next chapter the causes for failure of three agreements will be highlighted. Ultimately, the issue of repercussion of the impact of peace will be mentioned, pointing out that the winds that are now blowing in Angola are peaceful.

Methodologically, we relied on bibliographies, documents, some video recordings on the subject studied, field activities made in Lisbon, Porto and Angola. Whereby in the end of this investigation we actually verified that the route Angola has followed aiming to reach the peace was hard and tortuous. We also found that after several years of conflict the country is in effective peace. This prowess was only possible to achieve due to the death of Jonas Savimbi, the leader of UNITA. As a direct outcome of this effective peace, the country has had great growth and development in all areas of activity.

Keywords: peace, agreements, movements, growth, and development.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) enquadra-se no estágio de índole profissional do Tirocínio Para Oficiais de Artilharia (TPOA) dos cursos da Academia Militar (AM) subordinado ao tema: Angola Paz Total: Processo de Pacificação, Acordos e Reintegração dos Ex-Combatentes.

Sublinhe-se que o termo de origem latina «paz» pode ser definido em várias aceções todavia, para efeitos de canalização do pensamento do leitor a abordagem do termo far-se-á em duas perspetivas que tanto podem ser negativas como positivas. A primeira perspetiva define paz como sendo: “*situação de um Estado, grupo de Estados ou de qualquer unidade política que não estão em guerra*” (Boniface, 2008, p. 268). Por outro lado paz não representa somente a ausência de guerra entre países mas também um bem estar social, económico e político¹.

O percurso de Angola no que ao processo de paz diz respeito pode ser considerado como sinuoso, pese embora as tentativas de se alcançar a paz já remontassem à década de sessenta², em que o marco histórico foi por muitos autores considerado a sublevação da Baixa de Cassange³.

Angola é um país com uma trajetória histórica interessante porque esteve sob o domínio colonial português por pouco mais de cinco séculos e cujo processo de descolonização não foi feito de uma forma pacífica. Momentos depois da proclamação da independência nacional irrompeu uma guerra civil que durou vinte e sete anos (1975-2002) com algumas interrupções⁴. Somente no dia 02 de fevereiro de 2002 com a morte do líder do maior partido político opositor, Jonas Savimbe e com a declaração da paz em 04 de abril do mesmo ano é que se fala em “Paz”. Contudo, pretende-se neste trabalho fazer alguma abordagem retrospectiva relativamente aos aspetos que aparentemente correram menos bem aquando do resultado de alguns acordos efetuados para que se pudesse fazer uma ponte com a conjuntura atual da sociedade angolana.

¹ Definição adaptada de Sara S. n.d.

² A primeira tentativa dos angolanos libertarem-se do domínio colonial encetou em janeiro de 1961 com a revolta da Baixa de Cassange. Esta sublevação envolveu os algodoeiros nativos com os colonizadores. Esta revolta foi reavivada com a independência do Congo Ex-Belga em 30 de junho de 1960.

³ A baixa de Cassange é uma enorme depressão geográfica que vai da região de Malange às Lundas e a maioria dos trabalhadores era obrigada a cultivar algodão para vender à companhia luso-belga Cotonang.

⁴ 1975-1991, 1992-1994 e 1998-2002.

Justificação da Escolha do Tema

O tema em apreço é de capital importância, porque permite-nos compreender as etapas que a República de Angola atravessou desde o eclodir da Luta de Libertação Nacional até à assinatura do Memorando de Entendimento de Luena, culminando com as consequências da paz para o povo angolano.

Consideramo-lo ser bastante atual, uma vez que para falarmos dos atuais ganhos da paz, quer em termos de reconstrução nacional, quer do crescimento económico bem como para a transparência na gestão do erário público, não poderíamos deixar de parte os antecedentes que nos permitirão analisar as fases ultrapassadas para que o futuro fosse projetado com base no passado histórico do país.

Delimitação do Tema

Ao abordarmos um tema desta natureza, bastante vasto, em que muitos assuntos poderão ser tratados, existe a necessidade de fazer a delimitação precisa das fronteiras de pesquisa, bem como dos campos que pretendemos abranger.

É importante sublinhar que neste Trabalho de Investigação Aplicada o foco temporal vai desde 1961 a 2012 com maior incidência no período de 1975 até 2012. Assim, neste período analisaremos o processo de paz, os seus principais acordos de maneira a poder perceber o que falhou.

Problema de Investigação

Será que a morte do líder e fundador da UNITA, Jonas Savimbi, serviu de força motriz para o alcance da paz definitiva em Angola?

Objetivos Gerais:

É em primeira instância debruçar sobre o processo de paz em Angola e o seu percurso. Em particular fazer uma análise minuciosa sobre os Acordos de Paz e saber o que fez com que não resultasse.

Analisar a árdua tarefa que os angolanos tiveram no percurso do processo de pacificação desde a luta colonial até aos Acordos de paz de Luena.

Compreender o porquê da intromissão de potências estrangeiras no conflito angolano, nomeadamente Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, África do Sul e o Zaire e a consequente internacionalização do conflito.

Objetivos Específicos

- Analisar até que ponto o envolvimento de países externos terá contribuído para a inviabilização dos vários acordos assinados de paz para Angola.
- Analisar a fase da passagem da transferência de poder em 1974 e o irromper da Guerra Civil imediatamente a seguir.
- Relacionar o surgimento de muitos investidores, que atualmente surgem no país, com a estabilidade que se regista resultante da conquista da paz.
- Apontar os aspetos que evidenciam que Angola está realmente em paz definitiva .

Hipóteses

- ❖ A morte de Jonas Savimbi foi, certamente, um «profundo golpe» para o Partido do Galo Negro. Esta situação contribuiu para o acelerar do processo de pacificação da República de Angola.
- ❖ No final do conflito e depois de várias tentativas para ase pôr termo à guerra fratricida atingiu-se a paz. Tais negociações não tinham tido êxito devido às divergências entre os seus partidos políticos e os seus membros.
- ❖ Os Acordos de Bicesse não representaram a paz duradoura para o povo angolano porque os seus princípios não foram respeitados na íntegra, pese embora já reinasse um clima de paz (pelo menos as armas estavam silenciadas no período de um ano).
- ❖ Após o longo período de conflito armado que se registou, a paz só foi possível com a assinatura dos Acordos do Luena.

Orientação Metodológica

De acordo com Sarmiento (2008), a metodologia visa a descrição precisa do problema, dos métodos, da técnica e dos instrumentos de pesquisa utilizados no trabalho. Os procedimentos utilizados devem ser descritos de forma lógica.

O estudo da história pressupõe a observação das suas fontes primárias e secundárias. As fontes primárias referem-se a qualquer gravação, documento ou outras fontes de informação escrita ou trabalhadas durante a época. As fontes primárias da história angolana são relativamente poucas principalmente no que diz respeito ao assunto estudado neste trabalho⁵. Pelo que, recorreremo-nos de documentação já existente, e gravações de reportagens efetuadas.

No presente trabalho, com vista à recolha de dados e de determinada informação, os métodos de investigação basearam-se, sobretudo, na pesquisa bibliográfica e documental. O nosso processo de investigação científica desenrolou-se em 2011 com a pesquisa bibliográfica e documental na biblioteca da AM, na biblioteca do ISCTE-IUL, no Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o objetivo de encontrar informação que nos permitisse identificar o nosso problema de investigação.

A partir da questão central já citada na introdução do trabalho surgiram algumas questões derivadas:

- Se a transferência de poder, no ato da proclamação da independência da República Popular de Angola, fosse feita não ao povo angolano mas sim a um dos três partidos que participaram na luta de libertação nacional, teríamos uma Guerra Civil angolana? Ou teríamos uma paz permanente?
- Quais as razões que motivaram o envolvimento de superpotências como os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas durante o conflito angolano?
- Por que razão os Acordos de Bicesse não marcaram o final da Guerra Civil como se esperava e nem representaram o início da consolidação da paz?
- Nos últimos tempos a quantidade de técnicos especialistas, trabalhadores indiferenciados e sobretudo o número crescente de investidores que se têm

⁵ Durante muito tempo a informação histórica de Angola era transmitida por via oral e raramente escrita.

deslocado para Angola tem vindo a aumentar vertiginosamente. Será que esta conjuntura se deve à estabilidade que se regista no país resultante do advento da paz?

- Quais são os indicadores de que Angola alcançou definitivamente a paz?

É fundamental referenciar a deslocação que efetuei a Angola, em março de 2012, autorizada pelo Comandante da Academia Militar, que veio alterar de forma significativa a perspetiva da análise em questão. Os resultados obtidos foram de todo e surpreendentemente os esperados, porque notou-se grande vontade e disponibilidade por parte de pessoas singulares e instituições particulares e públicas, em fornecer não só apoio material (documentações) como também mostraram-se interessados em saber um pouco mais sobre o conteúdo do trabalho que, ao fim e ao cabo, retrata o país de todos os angolanos.

Síntese de conteúdos

O presente trabalho é composto por uma introdução, quatro capítulos e conclusões. No primeiro capítulo começamos por definir alguns conceitos considerados importantes abordar, desde logo a questão da génese dos três principais partidos nacionalistas que desempenharam um papel preponderante na luta de libertação nacional do jugo colonial português. Com efeito, consideramos também pertinente aludir à biografia dos líderes fundadores dos três partidos em causa.

Em seguida, procuramos desenvolver no capítulo dois as fases mais importantes do processo de paz em Angola, uma vez que desde o início da luta de libertação até à assinatura do Memorando de Entendimento do Luena (4 de abril de 2002), o país passou por inúmeras peripécias. Neste capítulo pretendemos estudar os motivos pelos quais o povo angolano decidiu que a descolonização fosse feita através das armas, relacionando este processo com a transferência de poder no ato da proclamação da independência. Do mesmo modo perceber o porquê da ingerência de superpotências no conflito.

No terceiro capítulo achamos pertinente perscrutar a razão do fracasso dos vários (principais) acordos existentes com o intuito de se alcançar a paz. Por fim, fazemos uma caracterização sobre os indicadores do reflexo da paz com a finalidade de asseverar que a realidade quotidiana do povo angolano é, sem dúvidas, de paz, partindo do princípio que paz não significa somente a ausência de guerra mas também o bem estar da sociedade nos

seus mais diversos setores. Este capítulo tem como desiderato fazer referência aos acontecimentos ou transformações que evidenciam tanto o crescimento do país como o seu desenvolvimento, repercutindo-se todas estas situações no advento da paz.

CAPÍTULO 2

A GÉNESE DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS ANGOLANOS E BIOGRAFIA DOS SEUS ATORES POLÍTICOS.

“A origem dos movimentos nacionalistas angolanos remonta à década de 50 e 60 com o propósito de reivindicar e exaltar a cultura e os valores de uma nação africana” (Matumona⁶, 2004, p.46). Neste capítulo, enquadram-se aspetos atinentes à criação dos grupos nacionalistas angolanos que à posteriori transformaram-se em movimentos de libertação e atualmente são partidos políticos. Pretende-se também abordar a biografia dos presidentes destes mesmos movimentos porque tiveram profunda influência na luta de libertação nacional de Angola contra os seus colonizadores portugueses.

2.1 Origem do Movimento Popular de Libertação de Angola

A génese do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é complexa porque abundam narrativas contraditórias em torno do seu processo de formação. A versão oficial da sua história mostra que o partido nasceu da fusão de outros grupos clandestinos com a mesma ideologia a 10 de dezembro de 1956. Procedeu-se sob o comando do poeta Mário de Andrade, em Luanda, após a unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) com outros grupos nacionalistas clandestinos. Dentre os quais o Movimento de Independência Nacional Angolano (MINA) e o Partido Comunista Angolano (PCA).

O crescimento do MPLA foi lento, ainda mais quando, em março de 1959 e junho de 1960, ficou praticamente decapitado pela prisão de muitos dos seus escassos quadros no chamado «processo dos 50⁷». Neste processo foram incriminados 57 nacionalistas, alguns

⁶ Matumona Muanamosi nasceu no Uíge -Angola em 1965, foi Sacerdote Católico, Jornalista e Professor de Sociologia e de Filosofia Africana na Universidade Agostinho Neto e no Seminário Maior do Uíge. Estudou Filosofia, Teologia, Comunicação Social e Sociologia em Lisboa, no Porto (Portugal) e em Roma (Itália).

⁷ Foi designado “Processo dos 50” a um conjunto de três processos políticos que se iniciaram a 29 de março de 1959 com as prisões de vários nacionalistas angolanos, terminando em 24 de agosto do mesmo ano com a

à revelia, dos quais 20 por pertencerem ao MPLA, destacando-se nestes o padre Joaquim Pinto de Andrade e Agostinho Neto. Nessa altura, a cúpula dirigente ficou constituída por Mário de Andrade, como presidente, e Viriato da Cruz, como Secretário-Geral, os quais, em face da situação, decidiram transferir a direção do movimento de Luanda para Conacri.

Em julho de 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA) criou uma comissão de reconciliação com a missão de aproximar a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) ao MPLA, mas acabaria ela própria por reconhecer o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE) como a única organização representativa angolana, em face das divisões do MPLA. Neto e os seus seguidores culpavam, por esta resolução da OUA, o trabalho fracionário de Viriato da Cruz, que, aliás, já tinha sido expulso do partido e do setor minoritário do movimento. Mas como diz o aforismo popular que a desgraça nunca vem só, Agostinho Neto, que tinha encabeçado a direção com a promessa de incrementar a luta armada, acabou por não consegui-la, tanto pela política de obstrução da FNLA, como por ação do Governo de Lisboa. Holden Roberto não queria competidores em solo bacongo, para além de se apresentar com o exclusivo da luta anticolonial, pelo que era essencial impedir a penetração do MPLA pela fronteira Norte.

2.2 A origem da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

O movimento de libertação nacional batizado como FNLA foi fundado a 27 de março de 1962 em Leopoldville⁸. O seu surgimento na esfera política era consequência, tal como o MPLA, da fusão de grupos. Fundiu-se a União das Populações de Angola (UPA) com o Partido Democrático Angolano (PDA), anteriormente conhecido como Aliança dos Naturais do Zombo.

É crucial frisar que as suas origens fazem parte de uma sequência de acontecimentos dentro da etnia bacongo⁹. As influências da seita religiosa protestante fizeram com que se desse início antes da década de 60 ao seu processo de formação que muito clandestinamente foi ampliando os seus membros. Como tal, aquando do seu aparecimento, era uma modesta associação de bacongos angolanos, cujos líderes eram

última prisão. Deve-se esse nome ao facto de Joaquim Pinto de Andrade ter enviado para o seu irmão que vivia no exterior, Mário Pinto de Andrade, um folheto denunciando a prisão de 50 nacionalistas.

⁸ Atualmente Leopoldville designa-se Kinshasa e é a capital da República Democrática do Congo, que por, sua vez, era pertença do Congo Belga

⁹ Este grupo étnico que também se denomina Quicongo ocupa região de Cabinda e o nordeste de Angola.

simultaneamente líderes religiosos da igreja batista e protestantes. O seu nome inicial era União das Populações do Norte de Angola (UPNA) e o seu presidente era Barros Nekaka¹⁰, pastor protestante, juntando consigo vários protestantes bacongo, em 1954. Inicialmente procuravam restaurar o reino do Congo, sob a governação de um rei católico.

Em 1958, sob uma nova orientação e um líder mais influente, Holden Roberto, o partido deixou de ter o carácter tribal, mudou de designação e de objetivos. Passou de UPNA para UPA, retirando a palavra Norte, que os caracterizava como um grupo tribal. Como UPA, os objetivos eram: a compreensão e a fraternidade no seio dos naturais de Angola, o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos da sua população, a luta pela independência de Angola e a contribuição para a edificação da unidade africana. Assim sendo, com receio de ser ultrapassado pelo MPLA, aos olhos da OUA, Holden Roberto decidiu avançar com os seus projetos e, em 1962, juntou-se ao PDA e criaram a FNLA.

2.3 A origem da União Nacional para Independência Total de Angola

A criação da UNITA está intimamente ligada à Jonas Malheiro Sidónio Savimbi, fundador e primeiro presidente do partido¹¹. No início de 1966, Savimbi fundou a UNITA, no Moxico, província de Angola, com escritórios em Lusaka. Operou sobretudo nas regiões do planalto e do Sul, junto à etnia ovimbundo¹², que era a mais populosa de Angola na altura. A UNITA surge com objetivos muito menos ambiciosos comparados aos outros dois partidos que já estavam empenhados na luta colonial. Para além da independência, procurava cativar o maior número populacional para ingressarem como militantes no partido. De modo a atingir este objetivo, era preciso disputar com os outros grupos que muito antes já haviam dado início a essa luta. Embora o número dos seus quadros fosse sempre muito reduzido, a UNITA conseguiu alguma audiência a nível externo, em especial da China e do Egipto.

Assim sendo, a UNITA enfrentou inicialmente várias dificuldades, incluindo à oposição tanto do MLPA como do GRAE, qualquer um deles dispunha de melhores estruturas e melhores grupos. Surgia assim um novo movimento nacionalista na luta, muito

¹⁰ Barros Manuel Nekaka era tio materno do fundador da FNLA Holden Roberto e talvez seja essa uma das razões da fusão dos grupos e contando também que eram da mesma origem étnica

¹¹ Segundo Emídio Fernando, Savimbe regressa às matas de Angola em março de 1966, inspirado na doutrina de Mao Zedong, com o intuito de fundar um movimento e já trazia delineado o nome da organização, os seus princípios e as normas com que iria funcionar.

¹² O povo ovimbundo ou mbundo ocupa um vasto espaço a meio da metade da região centro-oeste do país.

embora inferior aos outros. A política adotada por Savimbi fez com que a UNITA estivesse no mesmo pé de igualdade que os movimento que, após 1975, empenhou-se na guerra com um conjunto capaz de fazer frente ao MPLA.

2.4 Biografia de Agostinho Neto (1922-1979)

António Agostinho Neto nasceu no dia 17 de setembro de 1922 em Kaxikane, Município do Icolo e Bengo na província do Bengo e morreu em 22 de setembro de 1979, vítima de doença na União Soviética.

Agostinho Neto formou-se em medicina em Portugal na universidade de Coimbra e fez parte, com Amílcar Cabral, Lúcio Lara¹³ e Mário de Andrade, entre outros, da geração de estudantes africanos que, tendo ganho consciência nacionalista, viria a desempenhar um papel decisivo na independência dos seus países. Entretanto, preso pela PIDE e deportado para o Tarrafal, em Cabo Verde, foi-lhe fixada residência em Portugal, de onde fugiu para o exílio, assumindo a direção do MPLA, do qual já era o presidente honorário desde 1962.

Com a Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal e a queda do regime imposto por Salazar¹⁴, continuado por Marcelo Caetano¹⁵, Agostinho Neto, considerou reunidas as condições mínimas indispensáveis, quer a nível interno, quer a nível externo, para assinar um acordo de cessar-fogo com o governo português, o que veio a acontecer em outubro do mesmo ano.

¹³ Lúcio Lara é um dos fundadores do MPLA, nasceu em 1929, na província central do Huambo, onde fez os seus estudos primários e secundários antes de frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal. Iniciou as suas atividades patrióticas em 1949 na "Casa dos estudantes do Império", com o primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, com quem formou o primeiro núcleo clandestino anticolonial antes da fundação do MPLA. Em janeiro de 1959, chefia uma delegação à conferência Pan-africana de Túnis, Tunísia, onde consegue a autorização para o MPLA e o PAIGC instalarem os primeiros escritórios na Guiné-Conacri. Ainda em 1974, Lúcio Lara chefia a delegação que abre a primeira representação oficial do MPLA em Luanda, tendo posteriormente inaugurado outra delegação no Huambo, Bié e Namibe, todas no centro do país.

¹⁴ António de oliveira Salazar (1889 - 1970) foi estadista português. Professor na Universidade de Coimbra, Ministro das Finanças (1928 - 1932), Presidente do Conselho (1932 - 1968), Ministro da Defesa e notabilizou-se durante o Estado Novo pelo exercício de autoritarismo em todos os setores no tempo em que esteve no poder. Afastou desde o início qualquer negociação, tendo em vista a independência das colónias portuguesas.

¹⁵ Marcelo Caetano (1898 - 1980) chega ao poder em 1968 substituindo ao Dr. Oliveira Salazar. Criou grandes expectativas no processo de descolonização das colónias portuguesas, visto que tinha prometido grandes reformas no seu discurso inicial, quanto a uma eventual descolonização, porém, essas expectativas duraram pouco tempo, visto que, herdou a política anterior, dando a continuidade a guerra.

O que caracteriza a ação política deste homem culto, intelectualmente respeitado e poeta de reconhecido mérito, é a dificuldade em afirmar a autoridade no interior do seu movimento e de se impor externamente. A sua história e a história do seu MPLA são uma sucessão de ruturas e dissensões internas com Viriato da Cruz, com Mário de Andrade, e com os elementos da Revolta Ativa, que impedem a congregação à sua volta do apoio inequívoco dos nacionalistas angolanos e das organizações internacionais, de modo a transformar o MPLA em polo unificador da luta anticolonial. Atraindo outros movimentos e formações, como aconteceu, na Guiné, com o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral, e com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) de Samora Machel, em Moçambique.

Agostinho Neto, que na África de expressão portuguesa é comparável a Amílcar Cabral e Eduardo Modlane²³, foi um esclarecido homem de cultura, membro fundador da União dos Escritores Angolanos e o primeiro presidente da República de Angola (Barradas, 2005).

2.5 Biografia de Holden Roberto

Álvaro Holden Roberto, dirigente nacionalista angolano, nasceu em 1923, no município de Mbanza Kongo, ex- São Salvador, na província do Zaire.

Holden Roberto teve um trajeto atribulado no seio dos movimentos anticoloniais. Começou a sua atividade política em 1954, com a fundação da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), uma organização de povos bakongos, mais tarde designada UPA para lhe extrair o caráter tribal. Em 1960, assinou um acordo com o MPLA, que rompe passados seis meses, decidindo assumir por si só a liderança da luta contra o colonialismo português.

A sua grande ação teve início no dia 15 de março, no Norte de Angola, com o assalto às fazendas do café e a morte indiscriminada de colonos brancos e trabalhadores negros bailundos¹⁶. A brutalidade e a ausência de finalidade desta ação, em que os objetivos políticos e militares nunca foram esclarecidos, condicionaram toda a subsequente luta anticolonial e forneceram ao regime português as imagens de horror e barbárie que lhe permitiram apelar à mobilização para a guerra. Em 1962, criou a Frente Nacional de

¹⁶ Para o movimento de Holden Roberto o inimigo não era apenas o povo branco mas também todo aquele que partilhava dos mesmos ideais colonialistas. Até mesmo porque havia negros fazendeiros que oprimiam outros da mesma raça.

Libertação de Angola (FNLA), da qual se tornou presidente. Esta organização constituiu o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), onde Jonas Savimbi surge como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Holden Roberto manteve sempre uma estreita ligação com Mobutu¹⁷, presidente do Zaire, país em que se instalaram as bases do movimento. Embora recebesse armas dos países de Leste, a sua ligação privilegiada foi sempre com os EUA, que lhe pagavam uma avença anual e forneciam conselho técnico, inclusive com a presença de agentes nas suas bases (Muanamosi, 2004).

2.6 Jonas Malheiro Sidónio Savimbi (1934 - 2002)

Jonas Savimbi foi um político angolano, nasceu no dia 3 de agosto de 1934 e faleceu em 22 de fevereiro de 2002. Tendo, em conjunturas diversas, tido o apoio dos governos da República Popular da China, do regime do Apartheid da África do Sul, de Israel, de vários líderes africanos¹⁸, mercenários de Portugal, África do Sul e França. Savimbi passou grande parte da sua vida a lutar primeiro contra a ocupação colonial portuguesa e, depois da independência de Angola, contra o governo angolano que era apoiado em termos militares e outros pela União Soviética, por Cuba e pela Nicarágua Sandinista.

Nasceu na província do Moxico, de pais originários de Chillesso, na província do Bié, pertencentes ao grupo da etnia ovimbundo¹⁹. O seu pai era funcionário do Caminho de Ferro de Benguela (CFB)²⁰. Foi também pastor da Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA). Jonas Savimbi passou a sua juventude em Chillesso, onde frequentou o ensino primário e parte do ensino secundário em escolas da IECA. Como naquele tempo os diplomas das escolas protestantes não eram reconhecidos, repetiu a parte secundária no Huambo numa escola mantida pela ordem dos Maristas. A seguir ganhou uma bolsa de estudos providenciada pela IECA nos Estados Unidos para

¹⁷ Mobutu Sese Seko (1930 - 1997). O seu nome significa em português: O todo-poderoso guerreiro que, por sua força e inabalável vontade de vencer, vai de conquista em conquista, deixando fogo em seu rasto. Seu nome de batismo era Joseph Desiré Mobutu. Foi o presidente do Zaire entre 1965 e 1997. Com uma imagem marcada pelo uso de um chapéu de pele de leopardo e uma bengala, fica para a história contemporânea de África como um dos mais poderosos governantes do continente.

¹⁸ Félix Houphouët-Boigny da Costa do Marfim, Mobutu Sese Seko do Zaire, do rei Hassan II de Marrocos e Kenneth Kaunda da Zâmbia.

¹⁹ Sendo um dos mais numerosos, este grupo ocupa um vasto espaço a meio da metade centro oeste de Angola. Salienta-se que este grupo está dividido ainda em 15 subgrupos principais, sendo particularmente notáveis os bienes e os bailundos.

²⁰ Talvez seja esta uma das razões que facilitaram que o seu partido tivesse controlo desta via-férrea durante a guerra.

concluir os estudos e estudar medicina em Portugal. Em Portugal envolveu-se em atividades políticas clandestinas, por isso, estava na mira da PIDE. Em virtude disto, refugiou-se na Suíça e concluiu os seus estudos no referido país, aproveitando para aperfeiçoar o seu domínio do inglês e francês.

Savimbi estabeleceu contactos com as autoridades coloniais portuguesas, desde 1969, nomeadamente com a DGS²¹, os quais vieram a culminar na Operação Madeira²². Esta ação resultou num protocolo de colaboração de Savimbi com as forças portuguesas, em que este comprometeu-se em combater o MPLA no Leste de Angola, em troca do apoio dos militares à ação da UNITA junto das populações controladas por este movimento.

Em 1975, Savimbi esteve juntamente com Agostinho Neto e Holden Roberto em Alvor, Portugal, para estabelecer um acordo com o governo português sobre a formulação pela qual Angola se tornaria independente. Em 22 de fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi morto em combate pelas Forças Armadas Angolanas (FAA), na província do Moxico.

Em síntese, o processo de formação dos três principais movimentos de libertação, serviu de forte alicerce para uma fase importante da história de Angola relativamente ao processo de paz que, consistia na descolonização. Apesar de cada movimento passar pelas vicissitudes inerentes à criação dos mesmos, a linha orientadora inicial era bastante nítida: a libertação do país e a consequente proclamação da independência.

O destaque dos atores políticos foi trazido «à baila» porquanto foram estas figuras “carismáticas” que iam incutindo aos seus seguidores o espírito nacionalista que vigorava na altura, realçando-lhes os conceitos de “nação” e “nacionalismo”²³. As divergências existentes entre os atores políticos e o espírito individualista de ascensão ao poder foram determinantes para o fomento da guerra e com as ajudas externas que cada um dispunha por parte de países considerados como potências e não só, contribuiu para o seu alastramento e prolongamento.

²¹ Direção Geral de Segurança, que foi um organismo português de investigação criminal.

²² A Operação Madeira foi uma ação desencadeada pelo Exército português em 1970 - 1972 contra a FNLA e o MPLA no Leste de Angola, em que as forças portuguesas contaram com a colaboração da UNITA.

²³ Nação designa um conjunto de indivíduos que partilha dos mesmos ideais e tem uma origem, língua, cultura, sentimentos e religião em comum.

CAPÍTULO 3

FASES FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DE PAZ

Neste segundo capítulo pretende-se focar as fases consideradas como mais importantes decorrentes do processo de paz. Tendo em conta que desde o início da luta armada (4 de fevereiro de 1961) até à assinatura do Memorando de Entendimento de 2002, que ditou a paz definitiva para o povo angolano, existiram vários momentos. Cada um com a sua particularidade e com o seu grau de importância.

Portanto, exprimem-se inicialmente pormenores ligados à luta de libertação nacional, em seguida abordam-se assuntos inerentes à proclamação da independência e encetamento da primeira fase da guerra civil. Faz-se alusão à internacionalização do conflito angolano, na medida em que exércitos regulares passaram a fazer parte de um conflito doméstico. Realça-se a seguir pontos sobre as primeiras eleições eleitorais e os motivos do retomar da guerra civil. Finalmente, desenvolve-se a outra fase não menos importante que consta do Memorando de Entendimento.

3.1 LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL

A luta de libertação nacional merece destaque porque a independência da antiga província ultramarina do território português²⁴ poderia ter tido um desfecho diferente e menos sangrento se por um lado Portugal deixasse livre e pacificamente o território angolano sem que o recurso à guerra fosse um dado adquirido. Portugal poderia ceder a independência de Angola e dos demais países africanos que tinha sob sua alçada. Essa ideia é reforçada com o facto de que do lado português os militares marchavam sob o lema «Angola é nossa». Por outro lado, o grupo nacionalista da UPA galvanizava-se, marchando com uma canção de sentido oposto ao português, ou seja, o lema era «a nossa Angola vai agradecer-nos porque nos pertence, as nossas forças vão se reunindo, dá-me forças porque Angola vai agradecer». O lema oposto das duas partes em conflito, mostra-

²⁴ Província Ultramarina é uma divisão administrativa criada pelo Estado Novo Português às colónias portuguesas da qual constava Angola.

nos que a independência seria apenas alcançada através do derramamento de sangue. Porém, se na altura os movimentos não tivessem feito “revolta”, provavelmente o futuro do país seria diferente.

O processo de descolonização de África iniciado depois de 1945 tinha permitido a libertação da maioria dos Estados africanos a partir de 1960 porque com a ascensão do nacionalismo, as reivindicações desta índole encontraram eco favorável em virtude do contexto internacional ser caracterizado pelo anticolonialismo oficial dos Estados Unidos e da União Soviética²⁵. Todavia, as cinco colónias portuguesas em África ficaram de fora deste processo, o que originou a luta armada como último recurso (Mbah, 2010).

Quanto à questão peculiar de Angola, as lutas de libertação efetivaram-se em 15 de março de 1961, quando um grupo armado da UPA atacou a população branca no Norte de Angola. Porém, estes acontecimentos foram precedidos de duas revoltas, a Baixa de Cassange e o assalto às cadeias de Luanda.

Os acontecimentos ocorridos na região Norte não foram motivos de surpresa para os portugueses, ou seja, já se previa que mais tarde ou mais cedo a sublevação seria um facto e por isso mesmo os colonos precaviram-se²⁶. Contudo, a intensidade, rapidez e selvajaria, resultante do massacre racial ocorrido naquela região não se expectava pelo povo português (Pélissier, 2009).

A revolta laboral na Baixa de Cassange, a Leste de Malange, iniciada em 11 de janeiro de 1961, mostrava o descontentamento da população nativa sobre os maus tratos do regime que lhes haviam sido impostos. E o assalto à cadeia de S. Paulo, em 4 de fevereiro, para além de confirmar esse facto, também efetivou o desejo da população ao expressar que esta situação nunca tinha sido clara para o governo português, que respondeu violentamente a estas revoltas.

Estes acontecimentos marcavam o início de um período turbulento em Angola, onde os três partidos nacionalistas nomeadamente a UPA/FNLA, o MPLA e a UNITA faziam frente à colonização portuguesa por meio da luta armada. Ressalte-se que os partidos lutavam por um lado com a finalidade de afastar Portugal de Angola, por outro, cada partido almejava afirmar-se perante o país e internacionalmente como sendo o partido

²⁵ Duas grandes potências na altura aquando da 2ª Grande Guerra.

²⁶ Em 1959 Angola, ainda sob o domínio português, importou 156 toneladas de armas e munições, em 1960 a cifra aumentou vertiginosamente para 953 toneladas, em 1961 424 toneladas e em 1962 145 toneladas. Destes números deduzem-se que realmente já se esperava alguma reação por parte dos autóctones.

dominante. Razão pela qual cada um instalou-se numa região específica materializando, deste modo, as designadas áreas de fixação e ações militares²⁷.

3.2 Proclamação da Independência e o encetamento da primeira guerra civil

Antes de se abordar a temática da proclamação da independência é indissociável falar da Revolução dos Cravos levada a cabo pelos militares portugueses pertencentes ao Movimento das Forças Armadas (MFA) que resolveram pôr um fim à ditadura vigente em Portugal a 25 de abril de 1974. O essencial não é discutir os acontecimentos desta sublevação militar, mas sim perceber e delimitar o impacto que teve para Angola. Assim, os efeitos da Revolta dos Cravos sentiram-se, tanto em Portugal como nas colónias. Neste dia, oficiais de carreira derrubaram o regime em Lisboa na sequência de uma revolta militar. Deste modo, agravou-se a luta pela criação de uma nova situação política para a antiga colónia.

O governo português ficou dividido quanto à política a adotar para as suas ex-colónias ultramarinas. O movimento dos Capitães deu lugar ao Movimento das Forças Armadas (MFA), já com objetivos políticos, introduziu o programa de descolonização das colónias. O General António Spínola, Presidente da República indigitado, defendia a continuação de uma certa forma de autoridade sobre um império federado, ao passo que a generalidade dos partidos portugueses propunham soluções que apontavam sem ambiguidade para a independência das colónias (Idem, 2009).

Segundo Muekalia²⁸(2010) a partir de 1974 era óbvio que mais tarde ou mais cedo o país seria independente, o problema mesmo era como e quando se processaria a transferência de poder.

Em janeiro de 1975, os movimentos reuniram-se numa cimeira realizada em Mombaça, no Quénia, para alinhavarem os trâmites da independência. Referir que foi pela primeira vez na história da luta pela independência que os três partidos protagonistas

²⁷ Anexo A

²⁸ Nasceu em Nova Lisboa, atual província do Huambo-Angola a 20 de setembro de 1959. Integrou a guerra de guerrilha quando tinha apenas 16 anos, fez a sua formação militar em Rabat-Marrocos chefiou a representação da UNITA em Londres e em Washington. Conduziu missões diplomáticas em África e Europa, participou nas negociações de paz em Abidjan e Lusaka e esteve presente em todas as cimeiras externas onde estavam José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

encontravam-se sob o mesmo teto com o intuito de discutir os problemas atinentes ao processo de independência²⁹.

A transferência de poder para o caso angolano foi considerada como um “abandono” por parte da entidade colonizadora, pois esta estava ciente do clima quente que se vivia na altura e também do incumprimento dos Acordos de Mombaça e conseqüentemente os Acordos de Alvor. Assim, *“A proclamação da independência de Angola fez-se sob o ribombar de canhões num clima de guerra total, uma intolerância política letal e com exércitos estrangeiros apoiarem os seus aliados internos, claramente em rota de colisão. Nesta altura a potência colonizadora, que também enfrentava a instabilidade política e social, conseqüente da Revolução dos Cravos, tinha perdido, por completo, o controlo da situação (...) O último alto comissário português, o Comodoro Leonel Cardoso, a quem a FNLA e a UNITA não reconheciam legitimidade, fez arrear a bandeira portuguesa, pela última vez, em Luanda, proferiu um discurso anunciando a entrega do poder ao povo angolano, que, no entanto, estava dividido por uma guerra civil, embarcou com a última equipa do poder colonial e bateu a porta a quinhentos anos de colonização.*

À medida que a sua frota desaparecia no alto mar, as superpotências ocupavam, por delegação, o vazio deixado por Portugal que, tendo sido o último país colonizador a aceitar o princípio da independência das colónias, se viu impotente e incapaz de organizar uma transição ordeira num país que, era afinal de contas, joia do seu império”(Idem, 2010, p. 39).

Corroborando a citação anterior René Pelissier afirma *“ aquilo que aconteceu no dia da independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, foi algo sem precedentes na história de África contemporânea. A potência colonial entregou o poder, não a um governo ou partido específico, mas sim ao «povo de Angola» (...) Quando a guerra civil estava prestes a entrar numa fase nova e desesperada, aconteceu algo nunca visto: o alto comissário e as guarnições militares portuguesas embarcaram em vários navios com destino a Portugal. Portugal recusou-se a entregar o poder a qualquer dos movimentos africanos em conflito, oferecendo, em vez disso, a liberdade ao «povo de Angola»* (Pelissier, 2009, p. 361-362). Um outro indício que a guerra civil eclodiria foi, ainda na presença dos colonizadores, que no momento em que se proclamava a independência da

²⁹ Os líderes conheciam-se individualmente, mas as organizações que representavam nunca se tinham reunido como instituições mutuamente reconhecidas e representantes de segmentos importantes do povo angolano.

República Popular de Angola (RPA) em Luanda, no Huambo, estava a ser proclamada a República Democrática de Angola (RDA) pela aliança infeliz da FNLA e UNITA³⁰

3.3 Internacionalização do conflito e ingerência de superpotências

No período compreendido entre 1975 e 1989 os movimentos independentistas de Angola, recorreram diretamente às potências estrangeiras e aos países que partilhavam da mesma ideologia em nome do interesse geral do povo angolano, quando se viram ameaçados ou estiveram na iminência de ser derrotados pelos seus adversários. Não se pretende com este subcapítulo dar a este ou àquele lado a razão da história, porém, analisar os motivos que levaram a que as potências se envolvessem ativamente no conflito angolano e depreender se este envolvimento contribuiu significativamente para o incumprimento dos vários acordos ou se serviu de base para o alongar do conflito.

A guerra civil angolana que precedeu a independência tinha tomado contornos de conflito internacional, refletindo as rivalidades ideológicas entre dois blocos: de um lado estava o bloco a favor do capitalismo³¹, encabeçado pela superpotência EUA e do outro o que tinha como modelo económico o socialismo³², liderado pela URSS, implicando igualmente os seus aliados africanos. A questão da internacionalização já estava a consolidar-se cada vez mais, até que chegou o momento do «tirar a máscara», passando a haver um empenho mais direto e visível.

Para o antigo Ministro da Hotelaria e Turismo oriundo da UNITA, *Jorge Valentim* “*Angola foi um terreno propício a confrontos sangrentos de guerra fria*” (Valentim, 2010, p.37) Todavia, além das rivalidades ideológicas, o empenhamento das forças militares

³⁰ A RDA não durou porque não foi reconhecido internacionalmente. Também pelo facto de ser uma aliança feita por conveniência, sendo que vigora grandes diferenças entre o Savimbe e Holden Roberto. Entretanto, a finalidade era travar o avanço do MPLA.

³¹ O capitalismo é um sistema económico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins lucrativos; decisões sobre oferta, demanda, preço, distribuição e investimentos não são feitos pelo governo, os lucros são distribuídos para os proprietários que investem em empresas e os salários são pagos aos trabalhadores pelas empresas. É dominante no mundo ocidental, de referir que os capitalistas (EUA, África do Sul, Zaíre) apoiaram a UNITA e a FNLA e esta aliança denominou-se de direita, capitalista, democrática.

³² Socialismo refere-se a qualquer uma das várias teorias de organização económica advogando a propriedade pública ou coletiva e administração dos meios de produção e distribuição de bens e de uma sociedade caracterizada pela igualdade de oportunidades/meios para todos os indivíduos com um método mais equitativo de compensação. Os países socialistas (URSS, Cuba) estiveram a apoiar o MPLA e a essa aliança designou-se de esquerda, progressista e comunista.

estrangeiras em solo angolano deveram-se também a interesses económicos e também geoestratégicos.

3.3.1 Motivos dos EUA

Antes da queda do regime fascista de Lisboa a 25 de abril de 1975, a política dos Estados Unidos em relação a Angola exprimia-se segundo dois enquadramentos diferentes. Por um lado havia a ação oficial que sempre se tinha manifestado pelo apoio político³³, económico e militar, concedido ao colonialismo português³⁴, por outro, a ação privada das organizações civis e os serviços secretos americanos (CIA)³⁵ que se ocupavam do financiamento e enquadramento dos movimentos tidos como pro-ocidentais em Angola, como era o caso da UNITA e da FNLA (Mbah, 2010).

Face a esse dualismo americano poder-se-á colocar a seguinte questão: Quais as razões fundamentais que justificam essa dupla atitude? A resposta assenta em três sustentáculos: em primeiro lugar está o pacto que liga Portugal aos Estados Unidos no quadro da OTAN³⁶, em seguida os recursos naturais de Angola, alguns dos quais de vital importância para a economia americana³⁷, tal como o caso do petróleo e por fim os interesses geoestratégicos inerentes à luta com a União Soviética pela luta da hegemonia mundial.

Os Estados Unidos (bloco capitalista) e a URSS (bloco comunista) opunham-se firmemente em muitos aspetos e geoestrategicamente digladiavam-se para o controlo dos pontos geográficos considerados como estratégicos, nomeadamente a rota do petróleo no Corno de África, onde a União Soviética dispunha já de uma base naval na Somália³⁸.

³³ A aproximação entre Washington e Lisboa não se devia exclusivamente à sua integração comum na NATO, mas sobretudo por causa da base militar dos Açores, estratégia para os americanos. Em troca duma ajuda financeira, Portugal cedeu igualmente ao desejo dos Estados Unidos construir um cais em água profunda capaz de acolher submarinos nucleares.

³⁴ A assistência, do ponto de vista militar, fez-se em dois níveis: formação assegurada a alguns militares portugueses nas técnicas de contra guerrilha, seguido de fornecimento de armas sem nenhuma restrição.

³⁵ Central Intelligence Agency

³⁶ Segundo Jean Ziegler, os militares portugueses, aconselhados por especialistas norte americanos, utilizavam métodos de guerra idênticos ao do Vietname, com desfoliantes químicos extremamente nocivos, como caso do Napalm.

³⁷ Anexo B

³⁸ Pensava-se que com uma base militar soviética em Angola o petróleo americano proveniente dos países do Golfo Pérsico estaria ameaçado, embora outros peritos pensassem que a URSS poderia ameaçar os interesses americanos mesmo a partir da sua base na Somália.

3.3.2 Razões da África do Sul e do Zaire

A África do Sul teve participação no conflito angolano ao lado da UNITA mais propriamente na componente militar. Face a essa intervenção sul africana surge-nos a seguinte pergunta: Quais foram os reais motivos que levaram a que a África do Sul se ingerisse num conflito doméstico e justamente a apoiar Jonas Savimbi?

Ora, a África do Sul era aliada dos Estados Unidos este último que, por seu turno, apoiava a UNITA a derrotar o regime do MPLA devido aos seus ideais socialistas, pese embora a potência ocidental não concordasse com a situação política racial segregacionista que se vivia na África do Sul, ou seja, por esta altura era vigente o regime do Apartheid. Todavia, Os Estados Unidos não iriam aceitar de bom grado que a União Soviética tivesse o domínio marítimo da zona africana que envolvia Angola e Moçambique. Por esta razão, a África do Sul como potência regional na África Austral preocupava-se sobretudo com a situação geopolítica da região Austral do continente berço da humanidade. Referir que face a este cenário estratégico o Ocidente estava a materializar os argumentos de dois teorizadores geopolíticos nomeadamente o inglês Halford Mackinder (1861-1947) e o Holandês radicado nos Estados Unidos Nicholas Spykman (1893-1943).³⁹

Das cinco colónias portuguesas em África podemos afirmar que Angola e Moçambique revestiam-se de grande importância não só para Portugal como também para as duas superpotências e seus aliados. Assim, para a África do Sul estes dois países serviam de baluartes fundamentais para o seu regime racista, isto é, formavam uma linha de demarcação entre a África negra independente e a África do Sul, governada por brancos, propriamente dita. Na esfera económica, a construção das barragens hidroelétricas do Cunene (Angola) e de Cabora Bassa em Moçambique, representavam para a África do Sul uma aposta importante o que de certa forma relacionava Portugal e a potência regional africana.

Com o empenho ativo da URSS, começaram a chegar à Angola forças militares cubanas e também à Moçambique para apoiar a FRELIMO⁴⁰. Tal facto fazia perigar as

³⁹ Mackinder afirmava que quem controlasse o “coração do mundo”, o heartland (situado mais ou menos entre Berlim e Moscovo), controlava também a “ilha mundial” (Eurásia e África) e quem controlasse a ilha mundial controlaria o mundo; ora os Estados Unidos ainda conseguiam manter o controlo de uma parte substancial da ilha mundial devido ao facto de ter a rota do Cabo na África do Sul livre. Já Spykman apenas reformulou a tese de Mackinder dizendo que o poder mundial não era de quem controlava diretamente o heartland, mas sim de quem fosse capaz de cercá-lo.

⁴⁰ Frente de Libertação de Moçambique.

intenções sul africanas devido ao seu regime político totalmente antagónico e quiça hostil fruto da emergência de dois Estados revolucionários. A África do Sul receava que os grupos revolucionários das redondezas (SWAPO, ZANU, ZAPU)⁴¹ colaborassem com Angola e Moçambique para exercer pressão militar e levar a cabo incursões armadas a partir desses países vizinhos e ameaçar diretamente o regime do Apartheid.

Quanto ao Zaire, os seus motivos eram muito aquém dos da África do Sul, ou seja, as razões desse país que faz fronteira a Norte com Angola são mais do fórum económico. Já desde o surgimento dos grupos nacionalistas africanos, o Zaire desempenhou uma função preponderante para os angolanos porque mesmo antes da sua independência já era palco de reuniões clandestinas. De registar que a UPA/FNLA de Holden Roberto, amigo do presidente Mobutu, tinha livre circulação no território zairense e por essa razão o Zaire participou no conflito angolano ao lado da FNLA.

A situação económica do Zaire degradava-se em 1975 por causa da proliferação do fenómeno da corrupção. Também porque as reformas que foram empreendidas pelo presidente Mobutu não funcionaram. Constatou-se também que no domínio agrícola a situação também não era das melhores devido à crise que assolava o território. Face ao vislumbre deste quadro negro, Angola seria uma mais valia para o Zaire, razão pela qual o controlo do Caminho de Ferro de Benguela era mais assegurado porque, a terra de Mobutu escoava a sua produção de cobre e 70 por cento dos produtos mineiros provenientes da região de Shaba. A zona de Cabinda era também motivo de cobiça para Mobutu porque esperava resolver os seus problemas económicos, aproveitando-se das reservas petrolíferas daquela região e para levar avante as suas intenções, instigou à revolta do grupo separatista daquela região de Cabinda, isto é, a FLEC.

3.3.3 Motivos da URSS

Sob a perspectiva geoestratégica tanto a URSS como os EUA tinham as mesmas linhas orientadoras (dominar ou controlar o mundo) e praticamente os mesmos objetivos em África. Conforme Angola e Moçambique foram cruciais para os Estados Unidos, da

⁴¹ South West African People's Organization, Zimbabwe Africa National Union, Zimbabwe African People's Union, respetivamente.

mesma maneira consituíram interesses geoestratégicos à URSS.⁴² Pois estes dois países africanos de expressão portuguesa controlavam duas vias marítimas, ou seja, Angola controlava o Oceano Atlântico e Moçambique o Oceano Índico⁴³

No que tange aos interesses económicos ressalte-se que diferentemente dos Estados Unidos e das outras potências ocidentais, os dirigentes soviéticos não dão muita importância às matérias primas dos países que eles apoiam. Prova disso é que a ideologia defendida pelos soviéticos era o socialismo e não o capitalismo.

3.4 Primeiras eleições legislativas/presidenciais e o retomar da Guerra Civil

O conflito armado com contornos de guerra civil, teve início logo após a divulgação dos resultados das eleições pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Todavia, a rejeição dos resultados das eleições que ocorreram nos dias 29 e 30 de setembro de 1992, que determinou a derrota da UNITA, já era previsível devido às ações que a organização da UNITA, seu líder e não só estavam a levar a cabo em Luanda.

Entretanto, a população revoltada com a violação dos Acordos de Paz armou-se em várias cidades e lutou contra as forças da UNITA, oferecendo uma grande resistência nos campos de batalha. Em Luanda, por exemplo, os confrontos foram mais agressivos, culminando com a expulsão das forças da UNITA, da capital do país, tendo esta organização perdido altas figuras mortas nos confrontos. Com o andar do tempo, esta resistência fez com que a UNITA aumentasse a sua revolta, progressivamente, contra a população.

Podemos referir-nos a alguns fatores que permitem compreender o reiniciar da guerra em Angola. Um dos fatores tem a ver com a missão da ONU, a UNAVEM II⁴⁴. Na altura não dispunha de um mandato e de meios que se adequassem com a tarefa enorme que tinha pela frente, num país muito vasto territorialmente. Estas dificuldades foram na altura reclamadas pela senhora Margaret Anstee, chefe da UNAMEM II. O segundo fator era o tempo que foi disponibilizado para a concretização da missão, que era de 16 meses, o

⁴² Segundo Jean-Pierre Roux, o porto de Moçâmedes (atualmente Namibe) podia tornar-se um excelente ponto de controlo de navegação circum-africana. O segundo ponto era o Cabo da Boa Esperança, e Angola constituía o melhor ponto de apoio para uma base ofensiva contra a África do Sul.

⁴³ Todo o petróleo proveniente do Golfo Pérsico com destino aos Estados Unidos e aos países ocidentais segue esta rota. Por isso pensava-se construir uma base aérea e naval em Angola para barrar essa transitabilidade.

⁴⁴ United Nation Angola Verification Mission

que se constatou ser muito curto se tivermos em conta a dimensão do território nacional, e as tarefas a concretizar, as dificuldades logísticas e também as desconfianças que existiam entre as partes. Outra dificuldade foi o facto de serem realizadas eleições sem antes ser cumprido o objetivo de formar uma força militar angolana única, impedindo assim que as partes se mantivessem com forças próprias. E por último, o facto dos Acordos de Bicesse não incluir as condições de partilha de poder.

Sendo que a UNITA ficou sem ajuda dos seus principais apoiantes, podíamos levantar várias questões tais como: De que maneira a UNITA se conseguiu rearmar, mesmo sem auxílio dos seus antigos apoiantes, no caso a África do Sul e os EUA? Verificou-se que os apoios vieram em grande medida do Presidente Mobutu, do ex-Zaire, e das receitas provenientes do garimpo ilegal de diamantes nas minas controladas por si, para posteriormente serem canalizadas para a compra de armamentos de última geração no mercado internacional.

Contudo, do lado do MPLA a sobrevivência foi possível graças ao aumento do barril de petróleo no mercado internacional, aumentando a arrecadação de receitas petrolíferas, o que permitiu que o partido se reafirmasse e organizasse. Foi assim que em 1994 o MPLA retomou a ofensiva para contra-atacar as ofensivas das forças rebeldes. Portanto, no campo diplomático internacional a situação era cada vez mais favorável ao MPLA. Isto fez com que os EUA, em maio de 1993, reconhecessem oficialmente o Estado angolano. Em setembro do mesmo ano as Nações Unidas aplicaram sanções à UNITA, proibindo a venda de armas e combustíveis a este movimento.

3.5 Assinatura do Memorando de Entendimento do Luena

Com a morte de Jonas Savimbi em combate, na região do Lukussi, província do Moxico, no dia 22 de fevereiro de 2002, abriu-se uma nova era para a pacificação de Angola, tendo-se dias depois da sua morte, iniciado os primeiros contactos entre as chefias militares das FAA e das FMU, o que permitiu juntar os comandantes das frentes militares das FAA e das FMU, na localidade do Luena durante aproximadamente dez dias. O encontro dos comandantes das regiões militares das FAA e dos comandantes dos COPE⁴⁵ das FMU, permitiu a troca de informações importantes, relativamente às Unidades, efetivos, meios das FMU e o estabelecimento de mecanismos para a cessação definitiva das hostilidades militares. Deste modo, a assinatura do Memorando de Entendimento a 4

⁴⁵ Comando Operacional Estratégico.

de abril de 2002, efetua-se em Luanda, capital da República de Angola, dando lugar ao início do cessar-fogo entre as Forças Armadas Angolanas (Governo) e as Forças Militar da UNITA.

Importa referir que no âmbito da materialização do Memorando de Entendimento foram criadas 35 áreas de aquartelamento em todo o território nacional e igual número de áreas de acolhimento para os cidadãos civis dependentes, ou seja, familiares dos militares da UNITA. Para dar maior credibilidade este processo foi observado e devidamente acompanhado por uma troika de observadores militares dos EUA, RUSSIA e Portugal, que haviam integrado no passado o grupo de observadores dos Acordos de Bicesse.

No domínio do armamento, no decurso do processo de aquartelamento foi-se assistindo à apresentação e entrega dos meios militares antes utilizados pelas ex-FMU, desde armas ligeiras, morteiros, artilharia e outros meios materiais, cujos números satisfazem a estimativa de meios antes sob o seu controlo, dos quais passamos a destacar: 25.918 armas ligeiras; 861 morteiros de diferentes calibres, artilharia pesada e 8 peças antiaéreas.

Para a conclusão das tarefas militares do Memorando de Entendimento foram selecionados e incorporados nas Forças Armadas Angolanas 5.007 militares das ex- FMU, sendo: 4 Generais, 8 Tenentes Generais, 18 Brigadeiros, 40 Coronéis, 60 Tenentes Coronéis, 100 Majores, 150 Capitães, 200 Tenentes, 250 subtenentes⁴⁶, 300 Aspirantes, 300 Sargentos e 3.577 Praças, bem como 40 oficiais na Polícia Nacional, sendo: 3 Brigadeiros, 12 Coronéis, 12 Tenentes-Coronéis e 13 Majores. Foram ainda incorporados 18 oficiais Generais, sendo: 4 Tenentes-Generais e 14 Brigadeiros, na condição de oficiais a disposição do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas.

Outros oficiais ocupam funções de direção na hierarquia do EMGFAA⁴⁷, e Polícia Nacional, sem qualquer ação discriminatória no seio das FAA, gozando de iguais direitos e cumprindo os mesmos deveres. Sem sombra de dúvidas que as FAA, representam o estandarte da unidade e reconciliação em Angola.

Em agosto de 2002, foram globalmente desmobilizados todos os militares excedentários e em simultâneo extinta as FMU, passando a UNITA a um estatuto de partido político desmilitarizado.

⁴⁶ Subtenente é o mesmo que Alferes

⁴⁷ Um exemplo de que não havia discriminação em termos de enquadramento é o caso do atual CEMG/FAA, General Geraldo Sachipiengo Nunda, oriundo da UNITA e foi durante algum tempo Vice CEMG/FAA.

Assim, tendo sido cumprido integralmente os compromissos assumidos no Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka, o governo de Angola declarou no dia 19 de junho de 2003, formalmente encerradas e extintas as 35 áreas de acolhimento.

Em suma, as fases tidas em conta como fundamentais para o processo de paz, encerraram cada uma, momentos que ficaram gravados no historial angolano. Pelo menos no que concerne às peripécias do longo e duro processo que resultou, finalmente em paz.

Neste capítulo, ressalta a passagem da transferência de poder que foi entregue pela entidade colonizadora ao povo angolano e não a nenhum movimento em particular. Fosse o que fosse, a guerra civil irromperia na mesma devido não só aos atritos e ambições existentes entre os partidos, como também às diferenças pessoais dos seu líderes. Das várias fases do decurso de pacificação, os produtos finais não tiveram um término satisfatório para Angola porque não houve vontade por parte dos seus atores em aceitar que o país fosse governado por um de seus oponentes.

Constatou-se que a situação militar e o prolongar da guerra acentuaram-se mais quando exércitos regulares começaram a chegar ao país, com a finalidade de prestar apoio aos grupos nacionalistas cuja ideologia estava em consonância com a sua. Ainda neste contexto, verificou-se que o empenhamento dos países apoiantes do conflito doméstico estava além da causa ideológica, ou seja, constava também de objetivos económicos e geoestratégicos.

Definitivamente, a morte de Jonas Savimbi em combate na província do Moxico e a realidade da sua força que se encontrava cercada pelas forças governamentais, constituiu o adiantamento da assinatura do documento oficial (Memorando de Entendimento do Luena) que pôs legalmente termo a guerra em Angola.

CAPÍTULO 4

CAUSAS DO FRACASSO DOS PRINCIPAIS ACORDOS

Relembramos que no período inerente à delimitação deste trabalho (1961-2012) existiram vários acordos. Cada acordo com a sua peculiaridade e todos servindo de complemento dos anteriores. A finalidade era apenas uma: chegar à paz por intermédio de negociações para que não fosse derramado sangue entre irmãos da mesma pátria.

Achamos pertinente abordar apenas três: Inicialmente os Acordos de Alvor que foram o primeiro sinal de paz, porque estes conduziram à proclamação da independência de Angola. Seguidamente optamos por analisar os Acordos de Bicesse porquanto na sequência do incumprimento do acordo anterior, a guerra era ainda uma realidade. Em virtude disto, surgem os Acordos de Bicesse para colmatar as lacunas anteriores. De facto, este feito teve resultados satisfatórios num período muito curto de um ano, notando-se um clima da paz e calma, pelo menos em termos militares. Verificando-se que os Acordos de Bicesse não conduziram aos efeitos desejados, surgem os Acordos de Lusaka que, por seu turno, atualizam o anterior. Depois desta longa trajetória negocial, a paz era ainda um sonho para os angolanos, por isso, o governo concluiu que somente declarando guerra à UNITA alcançar-se-ia a tão almejada paz.

4.1 Acordos do Alvor

Segundo os dados obtidos no Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, especificamente no Diário do Governo, ficou estabelecido o seguinte: No capítulo I, «o Estado Português reconhecia os movimentos de libertação FNLA, MPLA e UNITA como os únicos representantes legítimos do povo angolano (art. 1º)», o reconhecimento do povo angolano à independência (art. 2º). Nos artigos 4º e 5º marcava 11 de Novembro de 1975 a data da proclamação da independência. O artigo 6º frisava o cessar-fogo geral. O artigo 7º «após o cessar-fogo as forças armadas da FNLA, do MPLA e da

UNITA ficarão nas regiões e nos locais correspondentes à sua posição presente⁴⁸». O artigo 9 «(...) consideravam-se amnistiados todos os efeitos os atos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação de Angola (...)», esse nunca chegou a ser confirmada entre os movimentos que assediam a rivalidade entre eles.

O governo transitório seria presidido por um colégio presidencial, que seria constituído por três membros de cada movimento. «Os ministros do governo de transição, nomeados em número igual pela FNLA, MPLA, UNITA e pelo Presidente da República Portuguesa (...) (art. 20º)». Um Estado-Maior seria formado pelos comandantes das forças dos três ramos das forças portuguesas e dos três comandantes dos movimentos de libertação (art. 31º). «As forças armadas dos três movimentos de libertação serão integradas de forma paritária com o exército português numa força militar combinada, segundo a importância seguinte: 8000 para cada movimento e 2400 das forças armadas portuguesas (art. 32º)». Previa também a data das eleições, no artigo 40º «(...) no prazo de 9 meses a partir de 31 de Janeiro de 1975» e no artigo seguinte estabelecia que «as candidaturas para a assembleia constituinte serão submetidas exclusivamente pelos movimentos de libertação FNLA, MPLA e UNITA como únicos representantes legítimos do povo angolano».

O último capítulo concluía os acordos de maneira otimista, felicitando ambas as partes pelo acordo assinado. Desta forma, levantar-se-ia um outro problema, a exequibilidade do acordo, que como era lógico, dependia da boa-fé e da vontade política das várias partes que o subscreveram.

4.1.1 O Incumprimento do Alvor

As cláusulas referenciadas no alvor constituíam-se na mais importante via de descolonização. Outrossim, se realmente este acordo fosse obedecido, talvez o rumo da história de Angola não tivesse sido tão dramático. As divergências entre os movimentos de libertação e a condição desfavorável do governo português seriam os principais obstáculos para o cumprimento desse acordo.

Como tal, a aproximação da independência proporcionou a competitividade entre os movimentos, que muito apressadamente foram ajustando os seus dispositivos. O MPLA

⁴⁸ MPLA no centro do país, FNLA no Norte e UNITA no Leste.

procurou antecipar-se aos seus oponentes, implantando-se em Luanda, nas principais estruturas administrativas, nos quadros das empresas, nos meios intelectuais, em confronto com os seus concorrentes, favorecendo o seu diálogo com os membros do MFA, que ao contrário, e apesar dos seus esforços, se viam sempre em enormes dificuldades para estabelecerem ligações com a UNITA e a FNLA. Assim, os movimentos lançaram uma ampla ação de recrutamento dos militantes angolanos, acabados de licenciar pelo exército português e dos elementos dos vários tipos de forças auxiliares que estavam em vias de ser dispensados. Isto revelou a deliberada preocupação de reforçarem os seus efetivos armados, sem terem em consideração os limites e as metodologias reguladas pelo texto aprovado no Alvor, para a constituição das forças militares mistas. Era o prenúncio da confrontação armada que começava a desenhar-se e a apresentar-se como inevitável (Correia; 1991, p.136).

A situação política de Portugal agrava-se, exatamente quando também a situação atingia um dos momentos mais dramáticos do pós-25 de Abril, com os acontecimentos do 11 de março⁴⁹. Por isso, os responsáveis pelo poder em Portugal e as forças políticas continuavam exclusivamente envolvidos nos graves problemas internos e sem disponibilidade, para dedicar a Angola, toda a atenção que a complexidade da situação recomendava e os responsáveis locais reclamavam.

Na sequência dos acontecimentos de 11 de março que se revelaram penosos no Acordo de Alvor, o Decreto-Lei nº 458/A-75, de 22 de agosto de 1975, vem suspender parcialmente o acordo⁵⁰. Dessa maneira, Portugal procurou manter a sua neutralidade mas, sem força suficiente para se impor, assegurar a tranquilidade e paz na ex-colónia. Sendo que e as invasões de forças regulares de outros países estavam já em marcha. Imprevisivelmente, Angola não tardou a sofrer os efeitos da intervenção armada internacional, mergulhados no interesse territorial e no confronto da guerra fria. As forças armadas estrangeiras viriam a desempenhar um papel crescente naquilo que começou como um conflito puramente doméstico.

⁴⁹ Foi uma tentativa falhada de golpe militar, organizada pelo general António Spínola, ex-presidente da República, aliado à Força Aérea e ao Exército de Libertação de Portugal (ELP), por oposição ao Comando Operacional do Continente (COPCON) e à Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), na tentativa de pôr fim ao governo de Vasco Gonçalves, defensor de um regime socialista avançado. A missão foi abortada e o golpe foi dado como falhado.

⁵⁰ Sendo prezadas a independência do povo, a fixação da data da proclamação da independência em 11 de novembro de 1975 e o reconhecimento dos três movimentos de libertação como únicos e legítimos representantes do povo angolano

4.2 ACORDOS DE BICESSE

Antes de abordar os Acordos de Bicesse, resolvemos debruçarmo-nos sobre a Conferência de Gbadolite por considerarmos que é aqui onde tudo começa. Embora não houvesse um entendimento preciso em relação aos objetivos que se pretendiam alcançar, todavia, produziu-se uma declaração importante que previa um cessar-fogo entre as partes. A participação de 17 Chefes de Estados e de Governos⁵¹ veio, em parte, engrandecer esta Cimeira, onde muitos deles defendiam a idéia de que a guerra em Angola não tinha mais razão de ser. *“O Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, Eng.º. José Eduardo dos Santos, teve a coragem e a visão de enveredar pelas negociações, apostando numa sociedade democrática multipartidária, em vez de optar só pela guerra”*(Valetim, 2010, p.48).

Os Acordos de Bicesse foram assinados na presença dos EUA e URSS como observadores a 31 de maio de 1991, em que Portugal como país colonizador desempenhou a função de mediador do conflito.

4.2.1 Particularidades do ato de assinatura dos Acordos, comportamento do Jonas M. Savimbi e promessas da Comunidade Internacional

Lembramos que antes da assinatura do Acordo de Bicesse, as delegações do governo e da UNITA reuniram-se em fevereiro para contactos bilaterais com a participação dos observadores, mas mesmo assim o impasse continuava. Desta forma, urge a necessidade de Portugal, Estados Unidos da América e URSS reunirem para analisar o processo de pacificação angolano. Dessa reunião resultou na aprovação, no mesmo ano, de um documento que serviu de base para a ronda negocial que se seguiu. Assim, no mês de abril, em Bicesse, decorreu a última ronda de negociações em torno do documento

⁵¹ José Eduardo dos Santos, Angola; Quett Masire, Botswana; Pierre Buyoya, Burundi; Aristides Pereira, Cabo Verde; Hissene Habré, Chade; Denis Sassou-Nguesso, Congo; Omar Bongo, Gabão; Moussa Traore, Mali e da OUA; Bernardo Vieira, Guiné Bissau; Joaquim Chissano, Moçambique; Ibrahim Bembagida, Nigéria; Manuel Pinto da Costa, São Tomé e Príncipe, Mobutu Sese-Seko, Zaire, Kenneth Kaunda, Zâmbia; Robert Mugabe, Zimbabué, Ali Hassan Mwinyi, Tanzânia e como convidado especial Dr. Jonas Malheiro Savimbi

tripartido, de onde saíu a proposta da mediação, que se baseou num novo modelo de trabalho antes acertado entre as partes em regime «non stop»⁵².

Depois de muitas cedências entre as partes e depois de se ter chegado a um entendimento sobre a questão relacionada com o cessar-fogo, avizinhavam-se momentos marcantes para o país. A consagração do Estado angolano como multipartidário, a formação de um exército único, a retirada total de todas as tropas cubanas em Angola (a 1 de julho do mesmo ano), que constituía um impasse na resolução do conflito angolano e a criação de condições para a realização das primeiras eleições legislativas e presidências no país.

Aproximando-se o dia 31 de maio, considerado dia “D”, as expectativas eram imensas. Quase toda Angola parou para ver e ouvir a assinatura do acordo através dos órgãos de comunicação social, com principal destaque a rádio e para aqueles que tinham o sinal da Televisão Pública de Angola (TPA). Na presença dos países observadores, representados por Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, foram assinado os Acordos de Bicesse.

Importa ainda referir que este ato teve uma particularidade, pelo facto de ter tido como observadores os países que noutros tempos ajudaram as partes envolvidas no conflito. E por ter como mediador o país colonizador aumentou a confiança e segurança do povo angolano relativamente ao cumprimento do acordo. A situação começou a mudar de rumo quando Jonas Savimbi discordou que a sua organização integrasse um possível governo de transição em Angola até à realização das eleições gerais, argumentando que o MPLA, devia continuar a governar e a sua organização iria governar após a vitória nas eleições.

Savimbi estava convencido que a vitória estava garantida nas eleições, na medida em que a população reconhecia-o como sendo o revolucionário. Também porque defendia que em Angola tinha que se acabar com o regime monopartidário e instalar-se o multipartidarismo.

No ato da assinatura dos Acordos de Bicesse foram feitas promessas por parte da Comunidade Internacional, que se cingiam aos apoios financeiros para que se pudesse reconstruir todas as infra-estruturas do País destruídas durante o período do conflito armado. Estas promessas não conheceram a sua materialização, o que se pode dizer que a própria Comunidade Internacional também teve uma cota parte no que se refere aos

⁵² Expressão inglesa que significa contínuo, sem parar.

problemas que aconteceram após as eleições, pois todas as garantias dadas não foram cumpridas.

Dando início ao processo de cumprimento das tarefas e obrigações de todas as disposições do Acordo ora assinado, foi determinado que para fiscalizar as ações a serem desenvolvidas pelos intervenientes do processo no âmbito dos compromissos assumidos, seria desta feita estabelecida uma nova missão de manutenção de paz para Angola, a UNAVEM II.

Um dos principais objetivos, sem sombra para dúvidas, cingiu-se ao estabelecimento de um plano que visava a criação de um exército nacional completamente uniformizado. O que significava que as forças da UNITA fossem incorporadas num novo exército.

Este processo de paz também previa o enquadramento das tropas das FAPLA e das FALA nas Forças Armadas Angolanas (FAA) e a desmobilização de todas as forças excedentárias de ambas as partes e ainda a reestruturação da administração do estado nas áreas antes controladas pela organização de Jonas Savimbi.

4.2.2 Imperfeições na implementação dos Acordos

No seguimento dos acordos de Bicesse, onde foram afloradas várias questões relacionadas com o processo de pacificação nacional, foram determinados princípios em como o processo desenrolar-se-ia no sentido de tornar a paz numa clara realidade, passando a haver uma materialização e não formalidade.

Desta feita, o processo devia ser supervisionado pelos próprios partidos políticos, através de comissões e apoiado pelo órgão da ONU para a Manutenção de Paz em Angola (UNAVEM II). Na prossecução dos Acordos de Bicesse, uma delegação da Comissão Conjunta Político Militar (CCPM), integrada, entre outros, por Lopo do Nascimento, na condição de chefe da delegação, pelo Governo, e coadjuvado pelo general França Ndalú, Fernando da Piedade Dias dos Santos⁵³ e general Ciel da Conceição Gato. Este último pela UNITA, foi visitar, pela primeira vez, a famosa Jamba que até então era impensável chegar-se a esta parcela do território nacional. Contudo com os ventos da paz a delegação chegou àquela localidade de forma pacífica. Esse foi um sinal que a paz era uma certeza. A

⁵³ Atualmente Vice-Presidente da República de Angola

delegação proveniente de Luanda foi recebida na Jamba de forma eufórica pelos populares que saudavam a chegada dos novos ventos de paz, tendo tido uma audiência com Jonas Savimbi.

Uma das questões mais tratadas no debate foi a circulação de pessoas e bens em todo território nacional, apesar de ser um dos princípios consagrados nos Acordos de Bicesse, não foi cumprido por parte da UNITA, visto que os habitantes das zonas controladas por esta organização não podiam deslocar-se para outras áreas de forma livre.

Ainda no âmbito da aplicação dos Acordos de Bicesse, outra questão não menos importante que o processo não conheceu foi a transparência na formação do Exército único. A organização de Jonas Savimbi acusava o Governo de fazer transferência de militares que podiam ser desmobilizados para a Polícia de Intervenção Rápida (PIR).

Realçar que antes mesmo deste feito, o MPLA já havia começado com as reformas para adequar-se ao novo ambiente político que se avizinhava. Foi assim que em março de 1991, a Assembleia do Povo (eleita em 1986, ainda na vigência do Partido Único) aprovava uma série de leis que visavam emendar a constituição em consonância com o rumo para uma sociedade democrática e pluripartidária.

4.2.3 Imperfeições na formação do Exército único

As Forças Armadas Angolanas (FAA), são o resultado dos Acordos de Bicesse. No quadro destes Acordos ficou definido que as duas forças envolvidas no conflito angolano deveriam unificar-se. O processo previa também o acantonamento, seleção e desmobilização de todos militares excedentes. A condição essencial era que não deveriam existir as FAPLA e as FALA no momento das eleições gerais.

As FAA foram fundadas como Exército único no dia 09 de outubro de 1991. Neste contexto, ficou estabelecido o dia 17 de dezembro do mesmo ano como o dia da criação das tropas terrestres, isto é, o Exército como um dos ramos das forças armadas, a Força Aérea Nacional (FAN) foi criada a 21 de janeiro de 1976 e a Marinha de Guerra Angolana (MGA) a 10 de julho de 1976, pelo que as tropas terrestres são o ramo mais antigo.

Contudo, o processo de estruturação das FAA decorreu de forma atribulada, porquanto havia a necessidade urgente de se cumprir com o prescrito nos acordos e o tempo era um recurso importante. Talvez seja em detrimento disto que uma das afirmações de Margarete Anstee, representante da UNAVEM II, de origem inglesa, foi que a sua

missão era equivalente a pilotar um avião Boeing 747 (avião robusto e de longo alcance) com combustível de uma aeronave DC3 (Avião de modelo antigo com menor capacidade, potência e alcance).

Assim, em 27 de setembro de 1992, dois dias antes das eleições, foram extintas as FAPLA e as FALA e a partir dessa fase só havia as FAA, visto que já se tinham desenvolvido algumas ações de relevo no domínio da formação tais como, a tomada de posse do primeiro lote de oficiais, do Comando Superior e dos seus membros do Estado-Maior. De sublinhar que nesta altura já estavam incorporados 16.641 militares, o que de certo modo permitiu constituir alguns dos órgãos dos Ramos e as primeiras unidades.

O processo de estruturação decorreu de forma muito lenta desde o momento da aplicação do cessar fogo até à divulgação dos resultados eleitorais. Esta morosidade foi inerente aos problemas de acantonamento e da desmobilização das forças militares. Notou-se nitidamente que até às vésperas das eleições o Exército nacional não estava concluído na íntegra. Com efeito, as Forças Armadas Angolanas não estavam em condições de enfrentar as forças subversivas da UNITA e era também visível no seu interior a divisão das suas fileiras, devido a retirada de um grupo de oficiais gerais provenientes das FALA e a deserção de outros oficiais, incluindo sargentos e soldados. Este quadro foi bastante negativo porquanto não existia no seio deles o valor militar espírito de corpo. A situação agravou-se ainda mais porque as unidades chamadas para combate não tinham coesão em termos de combate. (Júnior, 2003)

4.2.4 Imperfeições na Preparação do Processo eleitoral e a Realização de Eleições

Um dos princípios dos Acordos de Bicesse visava, no essencial, a preparação das primeiras eleições multipartidárias e presidenciais que deveriam realizar-se num período compreendido entre quinze a dezoito meses a contar da data da assinatura dos Acordos.

Desta feita, após ser criada a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e no âmbito do exercício das suas funções, começou com o processo do registo eleitoral em todo país, que foi supervisionado pela UNAVEM II. Esta última tinha ainda a responsabilidade de supervisionar a organização da votação e a contagem dos boletins de voto. Em junho, decorreu em Luanda uma reunião do CNE com o corpo diplomático dos países africanos acreditados em Angola, visando a solicitação de apoio para o processo eleitoral, dada a experiência relativamente aos assuntos que às eleições diziam respeito.

A realização das eleições, nos dias 29 e 30 de setembro de 1992, ocorreu sem tumultos, se tivermos em conta a participação em massa dos eleitores nas Assembleias de Voto e sem incidentes que poderiam manchar o andamento do processo de pacificação nacional. As pessoas com idade de exercer o direito de voto deram um exemplo de democracia e podemos afirmar, sem medo de errar, que foi um orgulho para os angolanos, em particular, e para os africanos, em geral.

4.2.5 Reais Motivações por Detrás da Rejeição dos Resultados das Eleições de 1992 pela UNITA

As primeiras eleições foram supervisionadas pela comunidade internacional através dos seus enviados como observadores e também pelas próprias Nações Unidas, que tinham em Angola o seu representante especial, a Sr.^a Margarete Anstee. De uma maneira geral, as mesmas correram de forma ordeira, apesar de se verificarem alguns atrasos em algumas assembleias de voto. O povo mais uma vez mais cansado da guerra, mostrou que o caminho que queria era o da paz, comparecendo de forma massiva para escolher o partido e o candidato de sua preferência para dirigir os destinos do país.

O momento da espera dos resultados era de grande expectativa na medida em que todos aqueles que tinham depositado os seus votos nos partidos e nos candidatos de suas preferências esperavam ansiosamente pela publicação dos resultados das eleições. Foi nesse ambiente em que a Comissão Nacional Eleitoral (CNE), depois de apurar todas as assembleias de voto, criou condições e convocou todos os representantes dos partidos políticos que haviam participado nas eleições. O MPLA derrotou a UNITA, com 54 por cento dos votos válidos, contra 34 por cento da UNITA nas eleições legislativas. Enquanto que para as presidenciais, nenhum dos candidatos alcançou a percentagem que os permitia consagrarem-se vencedores, uma vez que para assim se considerar, os mesmos teriam de obter os 50 por cento mais 1 dos votos válidos, dado o sistema utilizado.

Nesta perspetiva, iriam para a segunda volta os candidatos, José Eduardo dos Santos que obteve 49,6 por cento dos votos válidos, e Jonas Savimbi que obteve 40,1 por cento dos votos. Mas essa segunda volta não chegou a realizar-se, porque Savimbi alegou que as eleições foram fraudulentas, por não conseguir alcançar os seus intentos.

Isso só veio demonstrar que a UNITA não estava interessada em participar de forma séria no processo de pacificação e democratização nacional, ou seja, só seria

possível caso os resultados estivessem a seu favor, apesar de esta ser uma das teses que a organização liderada por Jonas Savimbi defendia para justificar a guerra que estava a levar a cabo contra o povo angolano, em tornar as instituições do país democráticas e acabar com o monopartidarismo. Porém, na prática demonstrou o contrário e o seu partido demonstrou mais uma vez que a sua luta era apenas para alcançar o poder e governar o país, esquecendo-se dos princípios básicos da democracia em que quem perde deve convencer o eleitorado e ganhar, até porque se formos naquilo que são os bens da democracia, quem perde nunca perde tudo e quem ganha também não ganha tudo. A UNITA tinha até conquistado um número significativo de deputados à Assembléia Nacional.

4.3 ACORDOS DE LUSAKA

3.3.1 Benefícios e Malefícios do Protocolo de Lusaka para se chegar à paz e a chegada da delegação da UNITA a Luanda para o GURN

A 20 de novembro de 1994 em Lusaka, capital da Zâmbia, assinou-se um protocolo que veio a denominar-se protocolo de Lusaka, que visava a recuperação dos Acordos de Bicesse.

Este protocolo previa a realização de eleições sob vigilância das Nações Unidas numa data por determinar, o adiamento das eleições até que as tarefas militares estivessem concluídas, a responsabilidade das Nações Unidas para supervisão da aplicação de todo processo de paz e o envio de força de manutenção de paz, a UNAVEM III, com um contingente máximo de sete mil soldados.

O período entre 1994 e 1998 foi caracterizado por um ligeiro abrandamento das hostilidades, mas com muitos atrasos no processo de pacificação. No período compreendido entre 1997 e 1998 as Nações Unidas aplicaram várias sanções à UNITA, por esta não ter cumprido integralmente com as obrigações contidas nos acordos, que se consubstanciavam no aquartelamento das suas tropas, sob supervisão das Nações Unidas. A ONU retirou em grande parte a sua força de manutenção de paz em Angola, deixando apenas uma força simbólica denominada MONUA.⁵⁴ Isso permitiu também que alguns deputados da UNITA, eleitos em 1992, ocupassem os seus assentos no Parlamento e, no

⁵⁴ Missão de Observação da ONU em Angola

âmbito da partilha do poder, alguns ministros provenientes da UNITA foram para o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). Sendo que este governo vigorou até às eleições de 2008, cumprindo assim com um dos pressupostos do Protocolo de Lusaka.

Ainda assim a UNITA continuou insistentemente a controlar áreas que devia deixar, como previa o acordo, onde continuava a destruir, saquear e esmagar populações indefesas, enquanto no Parlamento e no Governo estavam elementos afetos a esta mesma organização, isto é, uma clara demonstração da passividade dos angolanos e sabedoria naquilo que foi a condução do processo de pacificação, sustentando assim a teoria dos jogos⁵⁵.

Assim, nos finais de 1998, depois de se clarificar que o processo de paz não funcionava como se pretendia, o MPLA declarou guerra contra a organização de Jonas Savimbi. Portanto a ofensiva contra a UNITA começou no planalto central e as últimas forças da ONU foram retiradas em Fevereiro de 1999. Nesta última fase da guerra, a UNITA foi sucessivamente derrotada pelas forças do governo, obrigando-a a mudar de tática de guerra convencional para uma guerrilha. Na medida em que foi perdendo posições, foi forçada a refugiar-se na parte sul e leste do país.

Devido à derrotas sequenciais, a direção da UNITA, em finais de 1998, fragmentou-se em Luanda. Alguns membros da UNITA que eram integrantes da Assembleia Nacional e os que pertenciam ao GURN abandonaram o jugo de Savimbi, formando um grupo de dissidentes, a UNITA renovada, encabeçada por Eugénio Manuacola. Perante este quadro, como poderíamos identificar as principais forças motivadoras deste conflito? A questão de fundo para o início das conversações de paz em Lusaka, continuava a consistir, tanto na parte do governo como do lado da UNITA na aceitação formal dos Acordos de Bicesse e das Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, porque desde o reacender da guerra pós-eleitoral em Angola verificaram-se muitas violações dos Acordos de Bicesse.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas preocupado com a situação em Angola, dada a instabilidade político-militar que se fazia sentir, fez sair inúmeras resoluções no sentido de pressionar a UNITA a respeitar o acordo de cessar-fogo, proibindo mesmo a venda de armas de fogo a esta organização, incluindo outros meios

⁵⁵ Esta teoria de Relações Internacionais, que para o caso é aplicada numa situação interna, especifica o grau de abrangência ao que acontece numa situação concreta em que atores particulares (MPLA-UNITA), que possuem estratégias, objetivos e resultados preferidos e individuais, se envolvem numa interação específica que ganha a forma de jogo.

logísticos que fossem derivados de petróleo. isto para não permitir que eles pudessem pôr em funcionamento os seus carros de combate e toda a técnica militar que precisavam de combustíveis para a sua locomoção, em caso da interrupção de qualquer acordo de cessar-fogo.

4.3.2 Importância das Últimas Operações do Governo Angolano Contra as FMU

Foi no início de 2002, que as forças do governo angolano encurralaram os mais altos dirigentes da UNITA na província oriental do Moxico, onde as forças rebeldes se encontravam disseminadas e subnutridas, dada a intensidade das ofensivas das FAA e estratégias aplicadas pelo governo de Angola, quer em termos militares como diplomaticamente. Desta forma, a estratégia permitiu que a UNITA perdesse os apoios que tinha nos países vizinhos, deixando de ter alimentação, combustíveis para pôr em funcionamento os meios para a sua locomoção. Estas operações revestiram-se de capital importância por ser determinante para o processo de pacificação angolano, pois foi a partir destas que se deu a viragem e reabriram as negociações para o cumprimento do Protocolo de Lusaka bem como as questões que tinham ficado pendentes.

Na sequência da captura das regiões do Andulo e Bailundo por parte das forças governamentais o líder da organização rebelde Jonas Savimbi, refugiou-se para o Moxico, onde veio a ser morto depois de ter caído numa emboscada levada a cabo por comandos das FAA a 22 de fevereiro de 2002. Contudo, podemos afirmar que na história universal poucas vezes a morte de um líder numa guerra civil teve um efeito tão decisivo e imediato como o que aconteceu em Angola. O que nos permite responder com propriedade que a morte de Jonas Savimbi significou o fim do conflito armado angolano.

Em conclusão, os três acordos aqui aludidos representaram a forma airosa como o governo angolano quis que o processo de paz se desenrolasse. Infelizmente o decurso não teve o final pretendido porque o atual maior partido opositor em Angola, nas vestes do seu fundador, violava insistentemente os seus princípios. Estas violações fizeram com que o governo abdicasse das tentativas negociais para se atingir a paz e declarassem guerra efetiva ao partido do galo negro (UNITA), culminando com a morte de Jonas Malheiro Sidónio Savimbi.

CAPÍTULO 5

INDICADORES DA REPERCUSSÃO DA PAZ

Até a presente fase do trabalho fez-se uma abordagem retrospectiva sobre a envolvente atinente à origem do conflito angolano e todo um conjunto de «artimanhas» para que a tão almejada paz total fosse obtida. Segundo o documento oficial assinado em Luena, neste momento poder-se-á afirmar que o país está em paz. Assim, Angola apesar de se tornar independente em 1975 começou da «base» a partir de 2002. Volvidos estes poucos anos de paz o país veio a crescer e a desenvolver-se em muitos aspetos. Essa conjuntura atual respeitante ao progresso levar-nos-á a inferir que se não houvesse tanta discórdia entre os atuais principais partidos políticos⁵⁶ certamente, Angola hoje seria uma potência na região austral, atendendo às suas características e recursos⁵⁷.

5.1 Reintegração dos ex-militares

O processo de reintegração dos ex-militares está a ser feito à luz do quadro dos Acordos de Paz de Bicesse, dos Acordos de Lusaka, do Memorando de Entendimento do Luena e do Memorando de Entendimenho do Namibe⁵⁸ mais propriamente com o denominado Programa de Reintegração do Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares (IRSEM)⁵⁹. Este programa surgiu em 1992 e destina-se a todos os ex-militares que por força dos Acordos tenham sido desmobilizados ou licenciados do serviço ativo das Forças Armadas.

No quadro dos Acordos de Paz foram licenciados 291.400 ex-militares, sendo: Bicesse 134.289, Lusaka 57.111, Memorando de Entendimento do Luena 97.390 e

⁵⁶ Outrora movimentos de libertação

⁵⁷ Anexo C

⁵⁸ Foram escolhidos esses acordos porque uma das linhas orientadoras e transversal a estes é a reintegração das outras forças armadas ao conjunto das FAA

⁵⁹ O IRSEM é um organismo pertencente às FAA tutelado pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social encabeçado por um General do Exército.

Memorando de Entendimento do Namibe 2.610. Realçar que os apoios à reintegração circunscrevem-se a projetos nos setores da agro-pecuária, pesca, unidades integradas de produção, auto-construção, formação profissional, microcrédito, reabilitação física, reabilitação comunitária, educação cívica e ainda projetos de enquadramento direto nos setores públicos e privados.

Com a assinatura do Memorando de Entendimento do Namibe em 2006 para a consolidação do processo de paz em Cabinda, o programa de reintegração dos ex-militares de Cabinda tem tido avanços significativos com uma perspetiva de atender 4.012 ex-militares dos quais 416 foram assistidos com 4 projetos executados, dos seis elaborados para um universo de 531. Importa apontar que no período de 2008 a 2011 foram reintegrados 27.773 (Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares, 2012).

O apoio à reintegração é um processo do qual o primeiro e principal ator é o próprio beneficiário. Este manifesta a sua expectativa de trabalho, emprego ou profissão a ser utilizada pelo IRSEM para enquadrá-lo nas vertentes que o programa oferece. O benefício do licenciamento ou desmobilização, ou seja, a pensão de reforma para os Oficiais e as pensões de reforma de invalidez para os deficientes não recaem na alçada do programa de reintegração mas sim dos organismos específicos das Forças Armadas Angolanas. Não sendo uma atividade do IRSEM funciona como complemento aos apoios de reintegração, como é o caso da Caixa de Segurança Social das FAA.

Estes esforços envidados pelas Forças Armadas no sentido de reintegrar os ex-militares, dando um novo rumo às suas vidas que já estiveram em risco durante o período conturbado de guerra, simboliza reconciliação nacional e por sua vez acaba por ser um reflexo da paz alcançada. O facto dos militares da ex-FMU fazerem parte deste processo também indica que o povo angolano já não pretende voltar aos horrores da guerra fratricida e sim olhar-se como irmãos que partilham do mesmo país.

De acordo com os dados recolhidos no Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-Militares, na zona do Kikuxi, província do Bengo, foram formados de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012 dois mil ex-militares em áreas como: agricultura geral, técnicas de irrigação, pedagogia básica (para a redução do índice de analfabetismo nas zonas mais recônditas do país), conhecimento sobre os solos, fertilidade dos solos, máquinas agrícolas, fitossanidade, fruticultura e horticultura, cereais e noções básicas de contabilidade. Para os ex-militares já com o grau académico que vai do décimo ao décimo segundo ano, receberam formação sobre cultura geral, segurança e higiene no trabalho, saúde pública,

educação moral e cívica (para o resgate de muitos valores cívicos e morais que se foram perdendo ao longo da guerra), matemática, física, química e botânica.

Realçar que os dois mil recém formados estão já enquadrados desempenhando as respetivas funções. Os ex-militares foram distribuídos juntamente com as suas famílias para as províncias cujo projeto de curto e médio prazo de construção de bairros sociais estão já parcialmente concluídos. Como por exemplo Luanda, Bengo, Benguela e Namibe.

Relativamente ao reassentamento dos ex-militares, ressalta que em Luanda foi e continua a ser construído na região de Viana-Luanda um mega bairro social denominado Zango que vai desde o Zango 1 até ao Zango 6 neste momento. Estas casas, além de conferirem proteção habitacional condigna para aqueles que anteriormente viviam em tendas desconfortáveis, possuem uma porção de terra destinada ao cultivo. Neste momento estão alojadas cerca de 250 famílias. (IRSEM, 2012).

Outra informação obtida no IRSEM e confirmada no Banco estatal angolano (Banco de Poupança e Crédito) revela que, no âmbito da desmobilização, os ex-militares com ensino médio e aqueles que receberam o curso de contabilidade, podem, se assim o desejarem, fazer um empréstimo de até 15.000 dólares (designado micro-crédito) para a criação de um negócio próprio. Com a expansão e diversificação do setor bancário em Angola, os ex-militares passaram a ter facilidade em termos de micro-créditos noutros bancos, tal como qualquer cidadão, para o fomento ou início de certas atividades, nomeadamente o cultivo, aquisição de sementes adubos etc.

Um aspeto não menos importante de se frisar consta do facto que a própria instituição vocacionada para este controlo dos ex-militares, coadjuvada pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social, fornece gratuitamente kits para aqueles que estão inscritos na instituição.

5.2 Indicadores de estabilidade, crescimento e desenvolvimento

Sobre este subcapítulo poder-se-iam tratar inúmeros assuntos a respeito, conforme o ponto de vista de cada leitor, para que se evidenciasse que realmente o novo contexto angolano é de estabilidade, crescimento e até mesmo de desenvolvimento. Desta forma, em detrimento do quadro transformacional que se verifica desde 2002 os que aqui foram abordados serão aqueles identificados ou exemplificados como tais indicadores.

5.2.1 Setor político

No âmbito da consolidação do processo “democrático” no país, podemos apontar as eleições legislativas realizadas em 5 e 6 de setembro de 2008 como sendo um marco importante na vida política porque nesta fase o final foi, surpreendentemente, diferente de 1992 e o recurso à guerra desta vez esteve fora de cogitação. Apercebe-se que este facto representa que os partidos políticos já não se pretendem digladiar militarmente, razão pela qual os resultados foram naturalmente aceites depois dos observadores internacionais considerarem o ato eleitoral como livres e justos. Tal como aconteceu em 1992 o MPLA consagrou-se vitorioso entre os dez partidos que concorreram⁶⁰. Para reforçar essa consolidação política em setembro deste ano, 2012, será realizado outro ato eleitoral.

Igualmente, na vertente política ressalta-se a criação da Terceira Constituição da República, aprovada os dias 20 e 21 de janeiro de 2010, apesar de ser considerada como a Primeira por causa do cariz essencialmente angolano. A primeira Constituição data desde 1975, que na altura o poder constituinte decidiu chamar Lei constitucional e ao longo do tempo essa lei foi apenas sofrendo alterações e feita monopartidariamente. O que nos leva a afirmar que estamos perante uma estabilidade política é o facto de a Carta Magna ter sido aprovada num sistema puramente multipartidarista contrariamente aos tempos anteriores.

Angola é um país com vários hábitos e costumes e multiétnico⁶¹, ou seja, é tradicionalista e isto tem sido motivo de muita discórdia em alguns territórios africanos, e o facto de as autoridades tradicionais terem um lugar autónomo e serem expressamente aceites na constituição, colaborando inclusive com as autoridades administrativas simboliza, estabilidade.

5.2.2 Setor sócio-económico

Com a consolidação da estabilidade político-militar e com os investimentos que se têm feito no âmbito da modernização das infra-estruturas produtivas e sociais que, por sua vez, tem-se refletido numa maior circulação de mercadorias e pessoas, no investimento

⁶⁰ Segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) os resultados foram: MPLA- 81,73%, UNITA- 10,38%, PRS-3,10%, ND- 1,20%, FNLA- 1,13%, PDP-ANA 0,51%, PLD- 0,33%, AD-Coligação 0,30%, PADEPA 0,26%, FPD- 0,26%, PRD- 0,21%, FOFAC- 0,18%, PPE-0,18%.

⁶¹ Anexo D

privado nacional e estrangeiro, a economia angolana passou a figurar entre as que mais crescem no mundo.

Segundo o relatório do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN) mostra que a economia teve a maior taxa de crescimento de longo prazo em África, entre 1989 e 2007, e foi a mais dinâmica nesse período com uma taxa anual média de 9,6 por cento contra uma média de 4 por cento verificada nas maiores economias do continente, colocando Angola em sétimo lugar entre quarenta e oito países do continente. É notório que a base desse reflexo é a conquista da paz. Consolidando a noção do atual crescimento económico poder-se-á afirmar, com base nas taxas de inflação, que passou-se de um período de hiperinflação para microinflação, isto é, em 1996 atingiu-se a uma taxa de inflação acumulada na ordem dos 3000 por cento e nos últimos anos tem-se registado taxas próximas dos 10 por cento.⁶²

Na esfera social o país tem progredido paulatinamente para a sua estabilização, embora seja um facto que muito ainda terá de ser feito para que se atinja tal objetivo. De acordo com o relatório social de 2010 do CEIC a taxa de pobreza teve uma redução de 3,1%, isto é passou dos anteriores 68,2 por cento para 36,6 por cento. Este valor ainda é considerado muito elevado mas ainda assim não deixa de espelhar indicadores que tendem à estabilidade (Idem, 2010).

Ainda sobre o setor social porém na vertente da saúde frisar que o seu panorama decorre de um conjunto de fatores remotos⁶³. Inicialmente o sistema de saúde esteve submetido a efeitos de sobre-utilização e destruição das infra-estruturas, pela desmotivação e escassez de pessoal, pelos baixos salários praticados e pela ausência de carreiras profissionais. Consequentemente a grande maioria da população sofreu carências incomensuráveis.

O vislumbre era tão negro que na época de 1990 apenas as empresas públicas e particularmente, as petrolíferas e diamantíferas, garantiam cuidados de saúde de qualidade aos seus trabalhadores e familiares. Com efeito, nos últimos tempos tem-se assistido à um melhoramento desse sistema, no seu conjunto, começando pelo processo de reabilitação e construção de mais unidades de saúde por todo o país, quer do setor público, quer do privado e comunitário. Por exemplo, entre 2006 e 2008 foram reabilitadas vias e edificadas 212 unidades sanitárias nomeadamente 11 hospitais municipais, 46 centros de saúde e 155

⁶² Taxa anual e inflação: 12% em 2006, 11,79% em 2007 e 12,8% em 2008

⁶³ Os fatores remotos prendem-se com a situação de guerra vivida porque foram destruídas infra-estruturas medico-sanitárias.

postos de saúde⁶⁴. É bem verdade que estes valores não colmatam todas as necessidades referentes ao sistema porque tem de haver um mecanismo ou incentivo muito forte nesta área e também equipar as instalações com aparelhos modernos e formarem-se mais quadros de saúde. Contudo, a reabilitação e edificação já é em si um sinónimo de progresso.

O setor social é, certamente, um segundo o qual se deve prestar especial atenção pois a sua repercussão recai diretamente sobre a população em geral. Nesse âmbito, incidiremos agora para um direito que é fundamental e consagrado na Constituição da República, trata-se da educação.

O cenário atual já é muito melhor porque já se verifica uma nova expansão pelo menos no ensino primário, tomemos como exemplo o número de alunos em 2002 que eram 1.733.543 e em 2008 já eram 3.757.677 (Ibidem, 2010).

Em virtude da chegada da paz, a educação de adultos tem vindo a desempenhar um papel preponderante com vista à erradicação do analfabetismo. Este tipo de educação comporta dois segmentos: a alfabetização e a pós-alfabetização. A alfabetização é feita a partir dos 15 anos de idade e é realizada na base de parcerias com instituições públicas, empresas e organizações representativas da sociedade civil com grande destaque para as igrejas e ONGs. Sublinhar que a alfabetização teve uma variação global de 56,49% entre 2002 e 2008, portanto, acabar com a analfabetização é um sério desafio que o país enfrenta. Sobretudo porque ainda há uma grande proporção de mulheres a não saber ler e escrever. Isto, por seu turno, tem implicações no bem-estar da família, sendo por isso também um dos principais entraves para a sua ascensão sócio-económica.

Um país com conhecimento, cultura e formação académica é, decerto, um país com bons indicadores no que concerne ao Índice de Desenvolvimento Humano. No que à educação escolar diz respeito, consideramos que a formação superior é ao fim e ao cabo a aspiração de qualquer jovem que termina o Ensino Médio com êxito. Até à década de 90 era difícil e limitado o acesso às universidades por várias razões: existiam poucos estabelecimentos de ensino superior, as propinas eram caras e não estavam ao alcance do bolso de toda gente e as universidades que existiam estavam todas em Luanda. Hoje é bastante visível o surgimento de novas instituições universitárias, públicas e privadas o que possibilita a um cada vez maior número de cidadãos dar continuidade dos seus estudos dentro do país.

⁶⁴ Relatório de Execução do Plano Nacional de 2008

O ensino superior em Angola é algo recente⁶⁵ e inicialmente existia apenas uma única Universidade em Angola no período colonial, que possuía três núcleos em Luanda Huambo e Lubango⁶⁶ e depois da independência passou a chamar-se Universidade Agostinho Neto e ganhou, deste modo, mais uma escola de Arquitetura, uma Faculdade de Direito e a faculdade de Letras foi transformada em Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED). Hoje em dia o ensino superior público deixou de ser monopolizado pela Universidade Agostinho Neto e foram criadas novas instituições com a finalidade de adequar o crescimento económico às necessidades de desenvolvimento de diversas regiões.⁶⁷ Ainda nesta senda, foram também instituídas uma academia de pescas e dezoito instituições públicas autónomas⁶⁸. Pelo menos até 2010 encontravam-se matriculados nas instituições de ensino superior público 61.625⁶⁹ correspondendo a 52,75 por cento do universo total da população estudantil universitária do país, que está cifrada em 116.805 estudantes universitários (Idem, 2010). O crescimento do ensino superior público não foi apenas na horizontal pelo facto de se criarem novos cursos de Licenciatura mas também na vertical porque permite aos alunos fazerem o nível de Mestrado. Até agora o nível de Doutoramento é inexistente no país, porém o panorama já não é tão difícil. Prova disto é que o ensino superior privado conta já com 23 instituições todas sedeadas em Luanda e com alguns núcleos nas outras províncias⁷⁰. Esta realidade também contribui grandemente para que Luanda, sendo geograficamente a menor cidade do país, tenha um terço da população estimada existente em Angola.

Um outro ponto fulcral no ensino angolano tem a ver com os incentivos aos estudantes e às famílias com menos capacidades financeiras, isto é, as bolsas de estudo. Neste momento existem nove mil bolsas de estudo internas em instituições do ensino

⁶⁵ Foi fundado como estudos gerais universitários em 1963 e a Universidade de Luanda foi criada em 1968

⁶⁶ O núcleo de Luanda tinha os cursos de Medicina, Economia, Engenharia e Ciências Exactas, no Huambo existiam os cursos de Agronomia e Veterinária e no Lubango é onde existia o núcleo com curso de Letras.

⁶⁷ Foram assim criadas as seguintes universidades: a Universidade 11 de Novembro (região académica de Cabinda/Zaire), Universidade Kimpa Vita (região académica Uíge e Kwanza-Norte), Universidade Agostinho Neto (Luanda e Bengo), Universidade José Eduardo dos Santos (região do Huambo e Bié), Universidade Katiavala Buila (Benguela e Kwanza Sul), Universidade Lueji A'Konde (região académica de Malanje, Lunda Norte e Lunda Sul), Universidade Mandume (região académica Huíla, Namibe e Cunene)

⁶⁸ Dentre as quais treze institutos superiores: 2 politécnicos, 4 de ciências da educação, 1 de educação física e desportos, 1 de ciências da comunicação, 1 de artes, 1 de petróleo, 1 de serviço social, 1 de pescas e 5 de natureza pedagógica.

⁶⁹ Atualmente estes dados poderão ser maiores, contudo não me foi facultado os dados recentes quando fui ao Ministério da Educação por razões de “segurança” porque ainda estavam a trabalhar no relatório

⁷⁰ Das instituições privadas apontamos: Universidade Católica de Angola (UCAN), Universidade Lusíada de Angola (ULA), Universidade Privada de Angola (UPRA), Universidade Jean Piaget de Angola, Universidade Independente de Angola (UNIA) Universidade Técnica de Angola (UTANGA), Instituto Superior João Paulo II, Universidade Metodista de Angola (UMA), Universidade Gregório Semedo, Universidade Óscar Ribas, Universidade de Belas, Universidade Metropolitana, Universidade René Descartes etc

superior público e privado. Este número foi alcançado no ano académico 2011 com o aumento de mais três mil novos bolsiros. Efetivamente, estas bolsas vieram dar um novo impulso à vida académica dos estudantes universitários, pois diminuí as desistências e aumenta o aproveitamento escolar.

Segundo as estatísticas do Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INAB), dados de 2010, apontam um aproveitamento na ordem dos 91 por cento. Ressalve-se que também existem bolsas de estudo para o exterior do país em parceria com alguns países de destino na América, Europa, norte de África e Ásia. (CEIC 2010 *apud* INAB)

Acrescentar a temática do ensino superior não podemos deixar de referir a criação do novo Campus Universitário de Luanda que está a ser feito faseadamente e cuja primeira fase já está concluída, tendo arrancado com 2500 estudantes. Este é o primeiro campus do país e está a ser concebido para albergar 40 mil pessoas, a obra foi elaborada pela empresa PERKINGS & WILL⁷¹ que projetou o campus numa área de 2 mil hectares e terá todas as infra-estruturas imprescindíveis para os estudantes, desde as diferentes faculdades que compõem a Universidade Agostinho Neto, áreas de pesquisa científica e centros desportivos até instalações administrativas e acomodações para estudantes, professores e funcionários.

Importa também referir algumas das soluções ecológicas idealizadas e implementadas neste campus Universitário, como: o aproveitamento dos ventos predominantes, que através das coberturas laminadas das faculdades, são colhidos e transportados para o nível inferior das coberturas, promovendo ao nível das salas de aulas e pátios internos, temperaturas confortáveis; o tratamento das águas sujas produzidas pelo Campus, que através da central de tratamento é reaproveitada para irrigação das áreas verdes.

Podemos concluir que face a esse panorama educativo o país caminha a passos largos para o progresso, estabilidade e conseqüentemente ao desenvolvimento.

5.2.3 Repercussões na reconstrução nacional

As estradas e pontes em perfeitas condições são fundamentais num país porque permitem uma circulação de pessoas e mercadorias por todo território fluidamente e isto

⁷¹ Um dos gabinetes de arquitetura mais conceituados na América do Norte

representa estabilidade e também porque acelera o desenvolvimento socio-económico, sendo um instrumento fundamental para a concretização de investimentos públicos e privados. No âmbito do processo de reconstrução nacional que iniciou em 2002, já estão concluídas 403 pontes, entre provisórias, definitivas e metálicas em que se destacam as pontes do rio Cunene, em Xangongo, e a 4 de Abril sobre o rio Catumbela, em Benguela. O programa de recuperação das estruturas rodoviárias destruídas durante o conflito armado permitiu a reabilitação de 6.500 quilómetros de estradas, dos 25 mil que constitui a rede estradal do país.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), até 2013 vão estar reconstruídas entre 14 e 16 mil quilómetros. Relativamente à circulação ferroviária destaca-se o Caminho de Ferro de Benguela que já foi muito importante não só para os angolanos como também para os colonos e os países vizinhos. Aquando da independência havia 3.052 quilómetros de ferrovia, todavia, o conflito armado, as minas, a falta de manutenção deixaram inoperantes quase todas estas infra-estruturas. Até maio de 2007 no momento do arranque Luanda-Viana, um percurso de apenas 20 quilómetros, apenas funcionava no país a via Lobito-Benguela com 34 km de comprimento e o sistema ferroviário é composto por três vias principais, designadamente, Caminhos de Ferro de Luanda (CFL), Caminhos de Ferro de Benguela (CFB), e (CFM) Caminhos de Ferro de Moçâmedes (CEIC 2010 *apud* INEA).

A linha de Luanda liga a capital à cidade de Malanje e este corredor era muito importante porque permitia aceder a partir desta zona às zonas diamantíferas, às regiões cafeeícolas e aos domínios mineiros do leste do país. A linha de Benguela é constituída por uma via de 1.305 km e liga o porto de Lobito à República Democrática do Congo (RDC). No que toca à reconstrução total do CFB, vital para as economias dos países da subregião, o Governo estabeleceu um programa dividido em quatro fases, em que numa primeira fase irá de Benguela ao Huambo⁷², a segunda fase irá do Huambo ao Bié, a terceira vai de Luau (cidade fronteira com a RDC) para Luena-Moxico e na última fase, de Luena para o Bié. Quanto à linha de Moçâmedes (atual província do Namibe) possui um comprimento de 821 km, segue um traçado em direção a leste e liga a cidade de Namibe e o seu porto mineraleiro a Menongue (Cidade da província Cuando Cubango). A reabilitação desta via

⁷² Esta fase já é uma realidade porque em 2011 as províncias do Huambo e Benguela voltaram a estar ligadas e o comboio chegou ao Huambo com pelo menos 200 passageiros entre os quais ministros, jornalistas, funcionários do Ministério dos Transportes e trabalhadores do CFB.

foi concluída em 2010, depois da casa estar «arrumada» sobre esse assunto o passo seguinte será estabelecer ligação com os países fronteiriços.

Os países considerados como potências económicas possuem um investimento forte no ramo industrial. O setor industrial angolano tem vindo a crescer e a diversificar-se. Tal como o Campus Universitário, na esfera educacional, naquele setor sobressai a nova zona criada na região Luanda/Bengo denominada Zona Económica Especial (ZEE) que se destina a promover uma base sócio-económica sustentável e a criar, deste modo, um eixo regional gerador de desenvolvimento num quadro de interdependência com o resto do país⁷³. Este mega projeto que já conta com algumas fábricas em funcionamento ocupa uma área total de 8 mil hectares dos quais são ocupados até a presente data 290 hectares.

Salientar que estão neste momento em funcionamento as seguintes fábricas: ANGOLACABOS, LDA que é uma fábrica de cabos de fibra ótica e numa primeira fase 30 jovens angolanos receberam formação e agora garantem a produção de cabos de fibra ótica feitos em Angola; INDUPLASTIC, LDA que é uma fábrica de plásticos, dedicando o seu esforço para a produção de materiais para a construção civil e louça plástica. INDUTIVE, LDA empresa de tintas e vernizes, esta fábrica produz anualmente 24 milhões e 960 mil litros de tinta; MATELETRICA, LDA fábrica de material elétrico; MANGOTAL LDA, fábrica de torres metálicas; PIVANGOLA LDA, fábrica de pivôs de irrigação agrícola; PIPELINE ANGOLA LDA, fábrica de tubos pvc; VDATELA LDA, fábrica de vedações e de arames. Existe também a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) em que a sua primeira fase já está concluída.

Um outro setor indispensável para a segurança e bem-estar dos integrantes de uma sociedade que, de igual forma, tem vindo visivelmente a crescer é o da habitação e urbanismo. Até 1992, o cenário em termos de habitação era razoável visto que as habitações deixadas pelo povo português, conferiam qualidade e segurança. No entanto, com o irromper da guerra civil em 1992 em grande escala por todo país, os povos de outras regiões deslocavam-se para Luanda. Esta situação fez com que a cidade crescesse em termos habitacionais porém, era um crescimento desorganizado. Cada um construía com os meios financeiros que estivessem ao seu alcance em locais escolhidos à sorte.

Atualmente, pelo país, embora haja maior incidência em Luanda, já se vislumbra o crescimento no setor do urbanismo de forma ordenada dentro dos parâmetros urbanísticos e com maior rigor em termos arquitetónicos e de construção. Tal como os dois mega

⁷³ Esta ZEE foi criada devido um estudo feito comparado das zonas económicas especiais de Shenzhen, na China, do Dubai, Emiratos Árabes Unidos e de Manaus no Brasil

projetos supracitados, que já estão parcialmente em funcionamento, neste ramo não podemos deixar de referir a chamada cidade do Kilamba⁷⁴ também considerada o símbolo da nova Angola. Esta cidade vem, grandemente, revolucionar o setor do urbanismo e habitação e em particular é uma mais valia para o povo. É um grande exemplo de que com paz e estabilidade é possível desenvolver-se com sucesso projetos que oferecem qualidade de vida e bem-estar social. O projeto foi concebido para se desenvolver em três fases, com um total de mais de 80 mil apartamentos numa área de 54 quilómetros quadrados. O projeto é curioso porque trata-se de uma cidade inserida na outra.

À semelhança da cidade do Kilamba, está a ser erguido no Dundo, província da Lunda Norte a nova centralidade denominada Samanyonga, que irá alterar a antiga vila na verdadeira aceção da palavra⁷⁵.

Como se pode notar, aos poucos o país vai-se recompondo das agruras da guerra e é imprescindível fazer-se a seguinte relação que evidencia que se está realmente em paz. A cidade do Dundo dista 300 quilómetros de Luanda e, uma vez que, ainda não há ligação ferroviária para o transporte do material de construção, o mesmo é feito pela via rodoviária, envolvendo diariamente o deslocamento de 150 camiões de Luanda ao Dundo e vice versa. Isto é um exemplo da circulação segura e fluida em termos estradais e da garantia de estabilidade do ponto de vista militar.⁷⁶

Destas novas transformações sociais, ressaltam também a reconversão do novo Sambizanga⁷⁷ visto que este distrito foi afetado em grande escala por construções anárquicas. A reconversão envolveu a transferência do antigo mercado Roque Santeiro⁷⁸ para um novo mercado chamado Panguila onde foram criadas todas condições para o comércio. O projeto, já em andamento, obedece aos padrões universais do urbanismo, sendo 55 por cento de área destinada a habitação, 30 por cento para vias públicas e 15 por cento para equipamentos sociais. É, portanto, mais um passo que se dá na construção de uma nova Angola sem guerra rumo ao desenvolvimento.

⁷⁴ A cidade do Kilamba está localizada aproximadamente 24 km a sul do centro da capital, próximo de um dos novo estádio nacional 11 de Novembro.

⁷⁵ Esta urbe não está ainda em funcionamento porque a sua primeira fase termina em Setembro de 2012. Entretanto, os edifícios terão 6, 7 e 9 andares com casas do tipo T2, T3, T4, T5 e T6

⁷⁶ Durante a fase de peleja era quase impensável fazer-se uma viagem rodoviária de uma província para outra por causa dos ataques diretos às viaturas dos guerrilheiros e também devido a implantação de minas.

⁷⁷ Sambizanga é um distrito urbano da província de Luanda e alberga atualmente 10% da população angolana, conhecido pelo seu extinto gigantesco mercado informal Roque Santeiro.

⁷⁸ Um dos maiores mercados de céu aberto em África

No cômputo geral, achamos que se está a evoluir bem nesse sentido porquanto o programa nacional de urbanização e habitação faz juz ao seu “título” e cobre todas as províncias⁷⁹.

Nos últimos dez anos de paz, a construção em 18 meses dos quatro estádios que albergaram o Campeonato Africano das Nações (CAN) foi também um dos marcos cruciais. Estas infra-estruturas definem a dinâmica de reconstrução do país, despertando, assim, à atenção de muitos investidores para o intercâmbio em diversas áreas. Nestes meses construíram os estádios 11 de Novembro em Luanda com a capacidade de alojar 50 mil pessoas, estadio nacional Ombaka em Benguela com capacidade de suportar 35 mil adeptos, estadio nacional Chiaze em Cabinda para 20 mil pessoas e estádio nacional da Tundavala no Lubango com capacidade de 25 mil pessoas.

Efetivamente, a realização dos jogos africanos em território angolano teve implicações imediatas noutros setores. No domínio da hotelaria e turismo foi uma mais valia, visto que, acelerou-se a implantação de novas unidades hoteleiras novas e modernas. Em termos numéricos foram criados doze hotéis em Luanda, seis em Benguela, cinco no Lubango e sete na cidade de Cabinda. No domínio das obras públicas, o evento contribuiu significativamente para que fossem recuperados e abertos mais de quatro mil quilómetros de estradas, construídas 60 pontes definitivas e 300 metálicas. Certamente que a atração dos países africanos e dos turistas deveram-se ao facto de internacionalmente estar claramente aceite que o país está em paz. No domínio aeroportuário, as repercussões do CAN também foram positivas porque a cidade do Lubango ganhou um aeroporto internacional, construído para este fim. O processo de modernização das infra-estruturas aeroportuárias envolveu também Cabinda, Catumbela, Benguela, Malanje, Ondjiva, e Huambo.

5.2.4 Situação da desminagem em Angola

Em tempos de guerra, o uso de minas e armadilhas são inquestionáveis e uma mais valia para as duas partes em conflito porquanto surpreende o inimigo e causa fortes baixas quando colocadas em pontos estratégicos. No caso de Angola a situação era muito grave porque as minas não foram somente implantadas em territórios onde as forças oponentes se

⁷⁹ Anexo G

digladiavam mas também nas zonas rurais, dificultando o trabalho dos camponeses, situação esta que acarretou inúmeras consequências negativas à população em geral, nomeadamente, fome devido à falta de cultivo, insegurança e muitos mortos e feridos. Em tempos de paz, as minas não representam estabilidade social e dificultam incomensuravelmente o progresso económico do país. As operações de desminagem em Angola realizadas pelo INAD⁸⁰ e por algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) visam a obtenção de resultados que permitam o garantir da livre circulação de pessoas e bens que se assiste, hoje, em todo o território nacional, o reassentamento das populações nas suas áreas de origem, a realização com êxito e de uma forma mais abrangente do processo eleitoral, o asseguramento da produção agro-pecuária, florestal, mineira e as atividades turísticas que poderão ser mais exploradas, devido às grandes potencialidades do país neste ramo e conseqüentemente eliminar as ameaças de minas em todo o território nacional e assegurar o processo de reconstrução nacional.

Os dados que a seguir apresentaremos foram facultados pelo Chefe da Divisão de Planeamento Estatística e Operações, sr António Quitumba, do gabinete de Apoio ao Diretor Geral do INAD que ilustram os resultados globais obtidos de 1996 até 2012. Entretanto, mostrar-se-á apenas os resultados de 2012 porque são o somatório dos outros. Assim sendo, até à presente data existe uma área limpa de 285.576.457 metros quadrados, uma extensão de estrada desminada de 1.307 km, uma extensão de linha férrea desminada de 853 km, estrada de Fibra Ótica Angola Telecom⁸¹ de 5.851 de km, extensão de estrada Fibra Ótica UNITEL⁸² de 166 km, extensão de estrada Linha de Transportação de Energia Elétrica de Alta Tensão (LTEEAT) de 644,17 km, minas anti-pessoal destruídas 39.478, minas anti-tanque destruídas 13.381, engenhos explosivos 139.407, munições diversas destruídas 133.560, metais diversos recolhidos 3.993.886, educação sobre o risco de minas 380.301 INAD (Instituto Nacional de Desminagem, 2012). Estes resultados, resultante do empreendimento da Comissão Executiva de Desminagem (CED) e em particular das brigadas de desminagem por todo território nacional, são um trampolim para a estabilidade em todos os setores da vida populacional angolana.

Enfim, à medida que o tempo passa os países tendem a evoluir, desenvolver e dinamizarem-se. Com o advento da paz, Angola não tem sido uma exceção a este

⁸⁰ Instituto Nacional de Desminagem cujo Diretor Geral é o sr Eng^o Leonardo Severino Sapalo, entidade que teve a amabilidade em receber-me para uma “conversa” e não “entrevista” em Março de 2012, no sentido de transmitir-me alguns dados sobre os feitos da sua instituição.

⁸¹ Angola Telecom é uma empresa estatal a prestar serviço na área de telecomunicações

⁸² Empresa privada que desempenha as mesmas funções que a anterior

panorama. Nota-se, hoje em dia, um claro avanço gigantesco em todas as esferas da vida no país, nada comparável com os tempos anteriores. Tanto que é comum dizer-se que neste momento Angola é o país do futuro e das oportunidades, visto que se trata dum território bastante vasto que se encontra em reconstrução e cujos recursos naturais e minerais são impressionantes. Recursos estes cobiçados até pelas grandes potências mundiais.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) pretendeu compreender a dura trajetória de Angola no que tange ao seu processo de paz num intervalo temporal que vai desde 1991 até 2012, tendo maior projeção no período de 1975 a 2012. Procurou-se também fazer uma perscrutação aos Acordos de Alvor, Bicesse e Lusaka para que se pudesse perceber os motivos que fizeram com que não resultassem em paz.

Pelo que, para dar resposta à questão central da investigação sobre os efeitos imediatos da morte do fundador do partido designado por União Nacional para Independência Total de Angola, foi necessário fazer uma análise quer às origens dos movimentos nacionalistas angolanos, quer à biografia dos seus respetivos líderes. Tornou-se crucial relacionar a assinatura do Memorando de Entendimento realizada na mesma província em que as forças da UNITA foram definitivamente derrotadas, com a morte de Jonas Savimbi.

É fundamental sublinhar que o roteiro do processo de paz em Angola pode ser caracterizado, segundo Pedro de Pezarat Correia, em quatro vertentes: a primeira vertente compreende a luta de libertação propriamente dita que opunha os movimentos de libertação e no terreno às Forças Armadas Portuguesas. Entenda-se que era uma realidade de guerra de guerrilha típica em que inicialmente a FNLA tinha capacidade para se afirmar perentoriamente tanto política como militarmente. Na segunda componente verifica-se o conflito como sendo à escala regional, materializado por apoios antagónicos que os países vizinhos prestavam. Em terceiro plano o conflito angolano passou a ser quadro geral da guerra fria, com duas superpotências a disputarem em Angola o alargamento das suas áreas de influência na África Austral. Finalmente a quarta vertente faz menção à guerra civil entre angolanos, esta, que por seu turno, também comporta vários elementos caracterizadores.

Os grupos nacionalistas angolanos começaram a surgir na década de 50 com o intuito de mostrar à potência colonizadora que já era momento de deixar que os angolanos tomassem conta do seu próprio país. A reivindicação do país teve eco nesta década pois, com o fim da Segunda Grande Guerra de 1939-1945, as Nações Unidas declararam liberdade a todos os países que ainda se encontravam sob o jugo colonial. Nomeadamente as colónias africanas, asiáticas e algumas do continente sul-americano.

Tal como é referido nas páginas 13 e 14, Angola, como uma das colónias do império

português não se tinha tornado ainda independente (ver anexo F). Certamente, os nacionalistas tinham bem presentes e assentes estes dados.

A fase da transferência de poder é um assunto delicado porque poderão tecer-se argumentos de defesa por parte da potência colonizadora, por parte das superpotências intervenientes no conflito e, como é óbvio, por parte de Angola. Conforme se pode depreender das páginas 15, 16 e 17, a transferência de poder para o povo angolano pode ser considerada como um abandono. De igual forma a impotência ou passividade da entidade colonizadora pode ser posta em causa como uma das razões para eclosão da guerra civil. Na verdade, era notório que isso acontecesse porquanto o clima de tensão entre os partidos era visível antes mesmo da proclamação da independência. O desejo de governar o país pairava no seio dos três líderes que, certamente, não queriam e nem poderiam dividir a presidência de Angola.

Não se faz uma guerra sem qualquer tipo de apoio interno ou externo. Sendo assim, a FNLA, MPLA e a UNITA tiveram o apoio de vários países porém, destes sobressaiem os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As divergências surgidas entre as duas maiores potências levaram à divisão do mundo em dois blocos e a um estado de tensão conhecido como guerra fria. Tanto os EUA como a URSS tinham como objetivos alcançar novas áreas de influência e o continente africano desempenhava um papel importantíssimo para aqueles que pretendiam uma hegemonia mundial, tendo em conta que era um continente por explorar devido às suas grandes potencialidades nomeadamente ao nível dos seus recursos naturais.

A guerra fria não foi somente o único motivo da ingerência de outros países no conflito doméstico angolano. Por exemplo os Estados Unidos tiveram interesses económicos pois, os seus investimentos aumentaram consideravelmente logo a seguir ao início da luta armada nos setores do petróleo, minas e agricultura. O primeiro setor mencionado constituía, sem sombra de dúvidas, um dos setores chave, senão mesmo o mais importante da economia colonial e pós-colonial de Angola. Prova disto é que a primeira companhia petrolífera a operar em Angola foi a Cabinda Gulf Oil Company, filial da Gulf Oil Corporation.

A URSS evidenciava-se mais pelos aspetos ideológicos e geoestratégicos para refrear os avanços americanos. A África do Sul sentia-se intimidada com o clima que se vivia em Angola e Moçambique (luta pela independência e firmamento na região austral) porque perigava o seu regime de apartheid. Receava também que os movimentos dos países vizinhos como a Zâmbia, Zimbabwé e Namíbia se juntassem aos ideais do MPLA e

FRELIMO para derrubar o seu sistema vigente. Razão pela qual os sul africanos apoiaram a UNITA. O Zaire de Mobutu Sese Seko participou no conflito apenas por razões de índole económica.

Na tentativa de se conquistar a paz por via das negociações fizeram-se vários acordos, salientando que os seus princípios foram continuamente violados. Naturalmente, o prezado leitor poder-se-ia indagar do porquê estar mencionado nas questões derivadas apenas os Acordos de Bicesse. Ora, relembramos que em 1975, aquando dos Acordos do Alvor, as entidades presentes constavam de: Agostinho Neto pelo MPLA, Holden Roberto pela FNLA e Jonas Savimbi pela UNITA.

É importante mencionar que na perspetiva do povo angolano estes acordos simbolizaram o reacender da esperança e a garantia que a paz seria uma realidade. Pela primeira vez o líder rebelde e o Eng^o José Eduardo dos Santos encontraram-se. Para o povo em geral que assistiu através da Televisão Pública de Angola à assinatura dos acordos e o aperto de mão entre os presidentes, o ato foi significativo.

O período seguinte foi realmente de paz em termos militares pois se faziam os preparativos em todo o território nacional para a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais, em que a população surgiu em massa para votar pelos partidos que simpatizavam ou militavam. Desta forma, concluímos que com a não aceitação dos resultados eleitorais por parte do presidente da UNITA, os Acordos de Bicesse, embora tivessem trazido paz ao povo angolano não materializaram o fim da guerra e nem representaram o encetamento da consolidação da conquista da paz.

Ao longo da pesquisa do trabalho, verificamos que a resposta para a questão central colocada no início do trabalho converge. Observe-se que o líder e fundador da UNITA foi incumprindo as linhas orientadoras dos vários acordos, usando uma manobra de “diversão”, isto é, inicialmente fazia crer que concordava com os termos impostos. Na verdade, depois de pouco tempo as suas ações vinham a provar exatamente o contrário. Diz o velho adágio que «aguenta-se até que o estado de saturação seja atingido». Neste sentido, o governo angolano decidiu que não tentaria mais fazer negociações devido às últimas violações decorrentes dos Acordos de Lusaka, chegando à conclusão que somente combatendo militarmente a paz seria alcançada.

O cerco feito às forças armadas da UNITA, a morte de Jonas Savimbi na região do Lukusse, na província do Moxico, e a política de terra queimada fizeram com que as forças remanescentes se rendessem ao poderio armado do governo. Este quadro serviu para adiantar a assinatura do Memorando de Entendimento efetuado a 4 de abril de 2002, dois

meses depois de Savimbe ter morrido. Por isso, podemos asseverar que a morte do líder e fundador do partido do galo negro foi um «profundo golpe» para a conquista da paz em Angola.

Atendendo que paz não significa apenas a ausência de guerra, existem outras evidências que mostram que o panorama atual do território angolano é realmente de paz definitiva e estabilidade. A reintegração de ex-militares nas mais diversas áreas da vida humana é sinónimo de paz, não esquecendo que o processo engloba membros que outrora combatiam em lados diferentes. Podemos concluir que o enquadramento dos ex-militares e suas famílias em setores importantes como a agricultura, fruticultura e horticultura, fitossanidade, pedagogia básica representam paz para o povo de Angola, em particular para os próprios beneficiários. Estes tranquilizam-se porque os campos que anteriormente estavam cobertos de minas hoje, estas foram substituídas por sementes e pela criação de gado. A construção de bairros militares e sociais para o reassentamento e realojamento de ex-militares e suas famílias, demonstram o clima de estabilidade que se vive.

Assim sendo, o fenómeno da paz já está enraizado de tal forma que o crescimento ordenado no setor habitacional e urbanístico proporciona segurança à população, isto é, já existem e vão existindo parques de lazer em várias artérias das cidades. Os parques vieram dar um outro alento pois a prática de exercícios físicos ao ar livre já tem sido uma constante, sem deixar de referir a boa iluminação que se regista nestas zonas.

Finalmente, concluímos o trabalho da seguinte maneira: segundo Vladimir Lenine “A história ensina que nenhuma classe chegou ou pode chegar ao poder sem passar por ditadura”. Relativamente a este aspeto Angola já obteve a sua experiência e soube contornar a situação. Mahatma Gandhi afirma que “Se pretendemos a autodeterminação, temos que conquistá-la”. A conquista da autodeterminação do povo angolano residiu no sentimento nacionalista cultivado por muitos intelectuais que pretendiam firmar-se. Esta afirmação é fortalecida com as palavras de Oliveira Salazar “Sei muito bem o que quero e para onde vou”. Depois de longo e duro trajeto de descontentamento, o povo angolano fez indiretamente juz da expressão caracterizadora de Yitzhak Rabin que consta de “Basta de sangue e lágrimas. Basta!” Neste momento a conjuntura transformacional do país enquadra-se na afirmação do imperador Hirohito, isto é, “Uni as vossas forças para as consagrar à construção do futuro”.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias (documentos)

- Dados estatísticos da situação de desminagem em Angola. INAD. 2012
- Diário do Governo. I Série-Número 23. janeiro de 1975
- Memorando de Entendimento de Luena. biblioteca do MDN. 2012
- Relatório social de Angola. CEIC. 2010
- Situação dos ex-militares angolanos. IRSEM. 2012

Vídeos

- A «GUERRA» 1º Episódio - "Massacres da UPA" (Parte3)
<http://www.youtube.com/watch?v=HXzWiWoVaKM&feature=relmfu>,
acedido no dia 30 de junho de 2012
- Entrevista à Agostinho Neto em 1975 ao canal TV França 1, sobre o acordo de alvor, disponível em <http://www.ina.fr/histoire-et-conflits/autres-conflits/video/I00017363/itw-agostinho-neto-leader-du-mpla.fr.html>, visto aos 20 de dezembro de 2011 as 20H50.
- Entrevista à Holden Roberto em 1975 ao Canal TV França 1, sobre o acordo de alvor, disponível em <http://www.ina.fr/histoire-et-conflits/autres-conflits/video/I00017362/itw-holden-roberto-leader-du-fnla.fr.html>, visto aos 20 de dezembro de 2011 as 21H00.
- Entrevista à Jonas Savimbi em 1975 ao Canal TV França 1, sobre o acordo de alvor, disponível em <http://www.ina.fr/histoire-et-conflits/autres-conflits/video/I00017364/itw-jonas-savimbi-leader-de-l-unita.fr.html>, visto aos 23 de dezembro de 2011 as 20H45

Fontes secundárias

Agostinho, F.P. (2011). Guerra em Angola: As heranças da luta de libertação e a guerra civil. Mestrado em Ciências Militares-Especialidade Cavalaria. Lisboa. Academia Militar

- Alberto, E. (2012). Angola no caminho do desenvolvimento. Lisboa: Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal.
- Almeida, E. d. (2011). Angola potência regional em emergência. Lisboa: Edições Colibre.
- Barradas, A. (2005). Agostinho Neto: uma vida sem tréguas (1922-1979). Lisboa: Alusivas.
- Barreira, R. (2010). Os grandes desafios do futuro. Lisboa: Serviços de Imprensa da Embaixada de Angola em Portugal.
- Boniface, P. (2010). Dicionário de Relações Internacionais. França: Plátano.
- Cariço, A. & Silva, H.S. (n.d.). M421- Teoria das Relações Internacionais- Publicação de Apoio. Lisboa. Academia Militar
- CECA (EME). Resenha Histórica das campanhas de África 1961-1974. Aspectos de Actividades Operacionais, Volume 6, Tomo 1, Lisboa: 1998
- CECA (EME). Resenha Histórica das campanhas de África 1961-1974. Aspectos de Actividades Operacionais, Vol 6, Tomo 2, Lisboa, 2006
- Científica, C. d. (2011). Relatório social de Angola 2010. Luanda.
- Correia, Pesarat (1991). Descolonização de Angola: A joia da coroa do império português, Inquérito, Lisboa.
- Fernando, E. (2012). Jonas Savimbi- no lado errado da história. Alfragide-Portugal: Publicações Dom Quixote.
- Júnior, M. (2003). A formação e o desenvolvimento das Forças Armadas angolanas. Luanda: Nzila.
- Mata, M. R. (2001). 50 grandes discursos da história. Lisboa: Sílabo, lda.
- Mbah, J. M. (2010). As rivalidades políticas entre FNLA e MPLA. Luanda: Mayamba Editora.
- Muanamosi, M. (2004). A reconstrução de África na era da modernidade- Ensaio de uma epistemologia da filosofia africana. Uíge (Angola): SEDIPU.
- Muekalia, J. (2010). Angola A Segunda Revolução. Portugal: Sextante.
- Pélissier, D. W. (2009). História de Angola. Lisboa: Tintas da China.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan (2008). Manual de investigação em ciências sociais, Gradiva, Lisboa.
- Sá, T. M. (2011). Os Estados Unidos e a descolonização de Angola. Alfragide-Portugal: Publicações Dom Quixote.

SARMENTO, Manuela. Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração escrita e apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada, 2ª Edição. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2008.

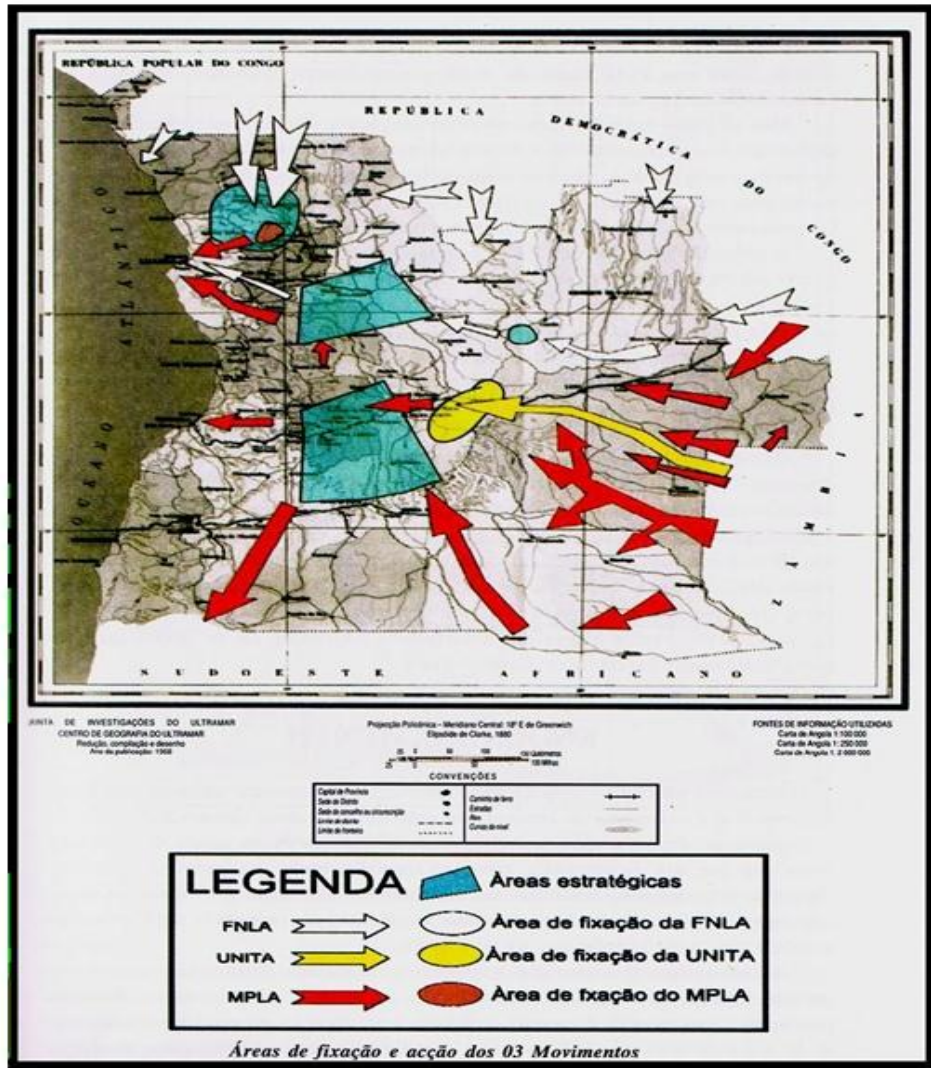
Silva, A. J. (2010). A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975). Mestrado em Ciências Militares- Especialidade Artilharia. Lisboa. Academia Militar.

Trabalhos de Investigação Aplicada

Valentim, J. (2010). Caminho para a paz e reconciliação nacional. Luanda: Mayamba Editora.

ANEXOS

ANEXO A- ÁREA DE FIXAÇÃO E AÇÃO DOS TRÊS MOVIMENTOS



Fonte: CECA, 2006

ANEXO B- INTERESSES ECONÓMICOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O empenhamento americano na área petrolífera data de 1915 quando a companhia americana denominada Sinclair organizou pesquisas em matéria de prospeção petrolífera sem, no entanto, lograr obter resultados probantes antes de abandonarem o solo angolano em 1937.

Contudo, as pesquisas voltaram a efetivar-se na década de cinquenta, precisamente em 1952, permitindo a criação duma companhia petrolífera angolana financiada com capitais belgas e franceses, à qual juntou-se mais tarde uma outra sociedade americana designada Cabinda Gulf Oil Company. Esta companhia, filial da Gulf Oil Corporation, contribuiu igualmente ao funcionamento das atividades dos movimentos separatistas cabindas). Os interesses dos Estados Unidos passaram a enraizar-se cada vez mais porque foi esta companhia que descobriu o primeiro jazigo de petróleo offshore ao largo de Cabinda. (o início da exploração foi em 1968 pelo que se pode notar, Angola já está envolvida na luta de libertação nacional. A exploração e produção do petróleo permitiu arrecadar 1.5 milhões barris de permitiu toneladas no ano seguinte) Certamente, com a exploração, produção e exportação do crude e não só, a situação conturbada do país iria complicar-se porque vários países estavam já dependentes dos produtos

No que diz respeito a minas, os americanos estavam presentes com as seguintes empresas: Chromally American Corporation et Tenneco Oil de Houston. E na área dos diamantes: Morgan Bank, Guaranty Trust Bank, et Guggenheim que possuíam 40% do capital da Diamang.

ANEXO-C- CARATERÍSTICAS DE ANGOLA E RECURSOS NOTÁVEIS

Geograficamente a República de Angola está situada no continente africano, na costa ocidental, concretamente na região austral, e está limitada a norte pelas Repúblicas do Congo Brazaville e a República Democrática do Congo, a leste pela República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Com uma superfície 1.246.700 km², Angola tem uma população estimada em cerca de dezoito milhões e meio de habitantes. A maior massa populacional reside em Luanda, a capital (cerca de seis milhões). A sua moeda é o Kwanza, nome do maior rio do país. A sua língua oficial é o português. De salientar que do ponto de vista cultural o país é multicultural e de muitas etnias espalhadas pelas dezoito províncias.

Certamente, dos recursos existentes no solo angolano os que mais se destacam e desde sempre se têm sobressaído tanto nacional como internacionalmente, são o petróleo, gás natural e diamante, embora hoje em dia já se esteja a valorizar e explorar mais os recursos de outra natureza devido à nova era respeitante ao processo de reconstrução do país. Contudo não deixaremos de tecer algumas considerações sobre os que mais se destacam porque contribuíram e contibuem significativamente para o crescimento económico do país.

Assim, o petróleo angolano está distribuído ao longo de três principais bacias sedimentares costeiras designadamente a bacia do Congo que engola também Cabinda, bacia do Kwanza e bacia do Namibe. Bacias estas que fazem parte da bacia marginal do Atlântico Sul. Um dado muito interessante e que tem servido de coibiça até para as principais potências mundiais é que aproximadamente dois terços das atuais reservas de hidrocarbonetos de Angola está estimada em cercade 13 mil milhões de barris, encontrando-se na costa marítima da província de Cabinda, estando restante disperso na plataforma continental adjacente às províncias do Zaire, Luanda, Benguela e Namibe. Com as sucessivas descobertas de petróleo am águas profundas desde 1993, incrementaram significativamente a produção e de salientar que já em 2008 o país superou a Nigéria que era o maio produtor da África Subsariana. No que toca às principais empresas estrangeiras

deste ramo que operam em Angola registam-se a Chevron (norte americana), ExxonMobil (americana), Total (francesa), Shell (Anglo-holandesa), Agip/ Eni (italiana) e a empresa nacional predominante é a SONANGOL.

Relativamente ao gás natural referir que Angola tem reservas deste produto estimadas em 1,6 trilhões de pés cúbicos e uma vez que essa componente continua ainda a ser alvo de muita pesquisa, novas descobertas apontam que poderão ser elevadas essas reservas para 9,5 pés cúbicos e possivelmente até 25 trilhões pés cúbicos.

Quanto ao setor diamantífero, este também está em crescimento, na sequência da sua reorganização a comercialização de todos os diamantes produzidos no país foi atribuída à SODIAM, empresa que é detida 99 por cento pela Empresa Nacional de Diamantes (ENDIAMA). Esta empresa detém o controlo absoluto da indústria do diamante em Angola, atuando diretamente nas áreas da prospeção, pesquisa, extração, lapidação e comercialização.

Destas províncias as cidades mais importantes são Luanda, Huambo, Lobito, Benguela, Lubango, Malange, Namibe, Soyo e Cabinda. Dada sua posição geográfica, a República de Angola constitui num ponto importante para os países da região austral e não só, no âmbito geopolítico e geoestratégico. O solo angolano é revestido de muitos minérios e por essa razão as principais exportações são: petróleo, diamantes, produtos refinados do petróleo, madeiras etc. Realçar também que os principais parceiros comerciais são os Estados Unidos, Bélgica, Portugal, Alemanha, França, China, Espanha, Brasil e África do Sul.

ANEXO D- MAPA DOS GRUPOS ÉTNICOS EM ANGOLA



Fonte: Weeler; Pélissier, 2009, Tinta da China

ANEXO E- MAPA DE ANGOLA



Fonte: <http://www.google.pt>

Site: <http://embangola.artedesign-net.pt/content.php?id=geografia>, acedido no dia 15 de Julho de 12

ANEXO F- PAÍSES AFRICANOS POR DATA DE INDEPENDÊNCIA

Países	Data de independência	Antiga metrópole
Angola	11 de novembro de 1975	Portugal
Argélia	3 de julho de 1962	França
Benin	1 de agosto de 1960	França
Botswana	30 de setembro de 1966	Reino Unido
Burkina Faso	5 de agosto de 1960	França
Burundi	1 de julho de 1962	Bélgica
Camarões	1 de janeiro de 1960	França
Cabo Verde	5 de julho de 1975	Portugal
República Cento Africana	13 de agosto de 1958	França
Chade	11 de agosto de 1960	França
Comores	6 de julho de 1975	França
República Democrática do Congo	30 de julho de 1960	Bélgica
República do Congo	15 de agosto de 1960	França
Costa do Marfim	4 de dezembro de 1958	França
Djibouti	27 de julho de 1977	França
Guiné Equatorial	12 de outubro de 1968	Espanha
Egipto	28 de fevereiro de 1922	Reino Unido
Eritreia	24 de março de 1993	Etiópia
Etiópia	5 de março de 1941	Itália
Gabão	17 de agosto de 1960	França
Gâmbia	18 de fevereiro de 1960	Reino Unido
Gana	6 de março de 1957	Reino Unido
Guiné	2 de outubro de 1958	França
Guiné Bissau	10 de setembro de 1974	Portugal
Quênia	12 de dezembro de 1963	Reino Unido
Lesoto	4 de setembro de 1966	Reino Unido
Libéria	26 de julho de 1947	EUA
Líbia	24 de dezembro de 1951	Reino Unido

Madagascar	26 de julho de 1960	França
Malawi	6 de julho de 1964	Reino Unido
Mali	6 de julho de 1964	França
Mauritânia	28 de novembro de 1960	França
Maurícia	28 de novembro de 1960	Reino Unido
Marrocos	7 de abril de 1956	França
Moçambique	25 de julho de 1975	Portugal
Namíbia	21 de março de 1990	África do Sul
Níger	3 de agosto de 1960	França
Nigéria	1 de janeiro de 1960	Reino Unido
Ruanda	1 de janeiro de 1960	Bélgica
São Tomé e Príncipe	12 de julho de 1975	Portugal
Senegal	20 de agosto de 1960	França
Seychelles	29 de julho de 1976	Reino Unido
Serra Leoa	29 de julho de 1976	Reino Unido
Somália	1 de julho de 1960	Reino Unido
África do sul	31 de março de 1910	Itália
Sudão	1 de janeiro de 1956	Reino Unido
Suazilândia	6 de setembro de 1968	Reino Unido
Tanzânia	9 de dezembro de 1961	Reino Unido
Togo	27 de abril de 1960	França
Tunísia	27 de abril de 1960	França
Uganda	9 de outubro de 1962	Reino Unido
Zâmbia	24 de outubro de 1964	Reino Unido
Zimbabwé	18 de abril de 1980	Reino Unido

Fonte: <http://www.abed-defesa.org>

Nota: Os países africanos tornados independentes depois de 1975 como por exemplo a Namíbia e a Eritreia tiveram até a esta altura sob a alçada de países africanos.

ANEXO-G: PROJETO HABITACIONAL

Importa salientar que em 2011 foi lançada a primeira pedra nas províncias do Bié, Uíge, Huambo e Kwanza Sul, o projeto inscreve a construção de mais de 19 mil casas sociais em Luanda, no Huambo mais de 12 mil, na Huíla mais de 11 mil, em Benguela mais de 10 mil, no Bié, Uíde e Zaire mais de 7 mil em cada província. Na província de Malanje mais de seis mil, no Kwanza Sul mais de 5 mil, no Namibe, Cunene, Kuando Kubango e Kwanza Norte mais de 4 mil. No Moxico mais de três mil, em Cabinda, no Bengo e na Lunda Sul mais de 2 mil e finalmente na Lunda Norte mais de mil casas sociais. Em suma, frisamos que estes projetos apenas estão a ser materializados em virtude da nova situação de estabilidade social, política, económica e principalmente militar.